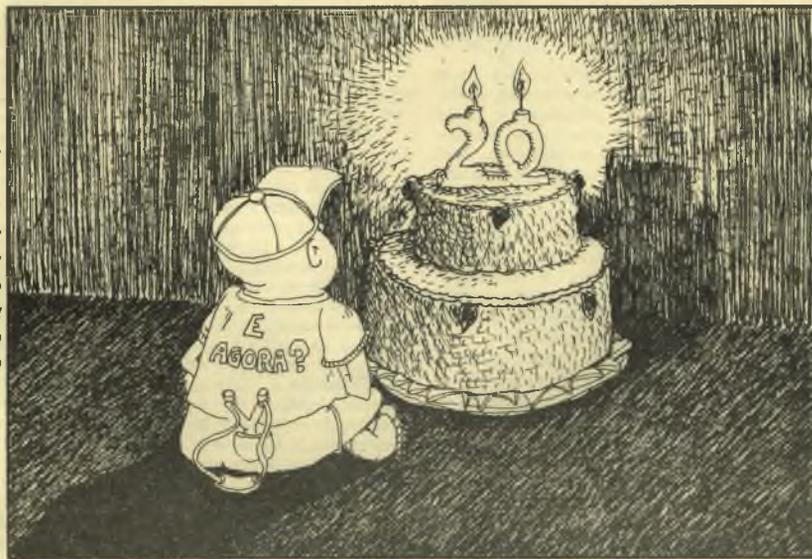
jornal da UNICAMP

Campinas, setembro de 1986 — Ano 1 N.º 1

Em debate os caminhos da Universidade

A um mês do 20.º aniversário da Unicamp, quatro professores discutem o sistema universitário brasileiro. Na mesa, o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira,

o engenheiro Hélio Waldman, o educador Roberto Romano e o engenheiro Renato Dagnino. Veja o debate nas páginas 6 e 7.

A Universidade parte para a realização de seu próprio vestibular. Sem cruzinhas. Página 3

O ministro Dílson Funaro agora é doutor "honoris causa" da Universidade que ele ajudou a nascer. Página 12

A Unicamp e seus 180 mil livros aguardam sua nova Biblioteca Central. Página 10

O processo de institucionalização entra na reta final. Página 9

O protótipo de casa popular do Nudecri começa beneficiando os próprios funcionários da Universidade. Página 11

Veja como está o processo de informatização da Universidade. Página 4

opinião

O que dissemos ao presidente

Reitor
Paulo Renato Costa Souza

Quando o presidente Sarney visitou nossa Universidade, em 15 de julho passado, dissemos a ele que a Unicamp estava pronta para colaborar com os propósitos do Governo e, mais que nunca, preparada para atuar decisivamente sobre o processo de desenvolvimento.

O presidente, que não ignora a falta de definição que hoje ronda o sistema universitário brasileiro como um todo — tema, aliás, do recente encontro do Conselho de Reitores —, mostrou-se particularmente bem informado acerca das condições especialíssimas da Universidade de Campinas, onde, se não sobram recursos, tampouco falta imaginação.

É hoje a Unicamp uma instituição "sui generis" no país. Conta com pouco mais de dez mil alunos, dos quais cerca de 40% são estudantes de pós-graduação. No conjunto de nossas atividades, entretanto, encontra-se na pesquisa o grande elemento de diferenciação. São já cerca de duas mil em andamento, muitas das quais de alta aplicabilidade social e algumas, mesmo, já em uso corrente pela população.

Veja-se o que ocorreu, por exemplo, no setor de comunicações digitais. Duas décadas atrás, quando a Unicamp foi criada, o país não tinha ainda competência instalada na área, muito embora a digitalização das redes de telefonia já fosse uma realidade nos países desenvolvidos. Pois bem: através de um vasto programa realizado em conjunto com a Telebrás, a Unicamp iniciou, a partir de 1973, a formação sistemática de pessoal capacitado na área, realizou desenvolvimentos preliminares de equipamentos básicos para a rede de transmissão digital e ainda participou da fase industrial desse processo — que, diga-se de passagem, continua evoluindo.

Veja-se também o exemplo do laser, da tecnologia de alimentos, da biotecnologia, dos programas de saúde, da química, da engenharia, das geociências, da educação, das letras e mais recentemente das artes. Em nenhuma delas se poderá acusar de omissão a nossa Universidade. O que não nos impede de reconhecer que nossa contribuição pode ser ainda maior, especialmente naquelas áreas do desenvolvimento científico e tecnológico em que reconhecidamente nossa massa crítica vem se sobrepondo às demais.

Nesse contexto, estamos empenhados em criar programas novos, integrados, que extrapolem os limites tradicionais dos departamentos de ensino e pesquisa (sem contudo aliená-los) e que estejam voltados para áreas modernas com real potencial de transformação sobre a produção e os serviços.

Aqui se concentram, inclusive, algumas de nossas frentes de trabalho para os próximos anos. No campo da informática, por exemplo, destacamos sobretudo os nossos planos de pesquisa em computação, onde se prevêem vários estudos sobre os processos de elaboração, teste e manutenção de "software", bem como sua automatização com vistas ao aumento da produtividade.

Quando se observa o continuado surgimento de novos produtos e serviços de informática, é preciso lembrar que isso não decorre apenas da engenhosidade de seus produtores. Na verdade, sua concepção vai-se viabilizando na medida em que surgem no mercado novos dispositivos com capacidade de cada vez maior de armazenar e processar informações. Por isso, nenhum programa de pesquisa em informática estará completo se não prever um esforço para dominar a tecnologia da automação, da instrumentação e da microeletrônica. A Unicamp já atua nessas áreas há mais de dez anos, e pretende agora revigorá-las.

Queremos, de outra parte, impulsionar as pesquisas na área de fusão nuclear e da física de plasmas, onde avanços consideráveis já foram feitos nos últimos anos; da biotecnologia, onde poderemos dar uma contribuição decisiva na conquista de nossos espaços para a produção de bens e serviços considerados estratégicos para o Brasil; da química fina, onde nossa competência técnica já foi exaustivamente demonstrada; além de centenas de outras pesquisas nas áreas de Humanidades, que é onde se concentra importante massa crítica para o processo de desenvolvimento.

Parece claro para nós da Universidade — e cremos que também para o Governo — que a chave de um futuro digno para o país está na maioridade tecnológica, no conhecimento científico, na capacidade de produzir a partir do próprio saber. Essa capacidade não se constrói com a compra de pacotes tecnológicos, mas, bem ao contrário, freqüentemente se vê erodida por essa prática. Para chegar até lá, teremos que investir mais na ciência e na tecnologia, cuidando, ao mesmo tempo, do desenvolvimento cultural — sem o que faltará substrato firme para sustentar a produção e a difusão em todas as suas dimensões.

O caráter extremamente dinâmico e multidisciplinar das novas áreas tecnológicas aqui apontadas poderá, por sua vez, exigir também uma certa reorganização do empreendimento científico. Modernizar a estrutura universitária, reformar currículos, rever metodologias, são condicionantes inevitáveis do processo que se inicia. Para fazê-lo, contudo, a Universidade precisará exercitar em maior grau a prerrogativa de sua autonomia, e naturalmente também sua contrapartida civilizada, que é a responsabilidade.

Foi o que dissemos ao presidente.

Ensino e vestibular

Antônio Mário Sette
Pró-reitor de Graduação

O Vestibular não é, em princípio, o momento mais importante do processo educacional, na realidade nem seria necessário. Tivéssemos um número suficiente de vagas e um ensino de 1.º e 2.º graus uniformemente eficientes, sua existência seria inócua. Este, no entanto, não é certamente o caso brasileiro, muito pelo contrário. As dificuldades de se conseguir recursos para expandir a rede de ensino superior, sem perda da qualidade, já bastante comprometida, e os sérios problemas que enfrentam o ensino de 1.º e 2.º graus, acumulados e agravados durante as últimas duas décadas, motram-nos o quanto ainda estamos longe da situação ideal. Tamanha é a complexidade desses problemas, que somente uma política enérgica e contínua de ensino que leve em consideração a valorização do professor, além de uma justa distribuição de renda no país, será capaz de debelar, a longo ou talvez a médio prazo, a crise que atualmente afeta todo o processo educacional.

Todavia, tal situação não nos exime da responsabilidade de darmos o melhor de nós mesmos no aprimoramento de nossas instituições. Nosso compromisso com a sociedade, sobretudo nas universidades públicas, no sentido de contribuirmos na área do ensino superior com a formação de bons profissionais ou na área da pesquisa, pondo à disposição da sociedade inovações que venham a gerar uma melhoria da qualidade de vida da população, ou mesmo um melhor entendimento do próprio mundo, é, antes de mais nada, um compromisso com a qualidade.

Sabendo-se que, devido a distorções históricas, as instituições de ensino de 1.º e 2.º graus têm visado primordialmente a colocar o aluno na Universidade, conclui-se facilmente que o tipo do exame Vestibular interfere de modo relevante no ensino oferecido por essas instituições.

Face a tais circunstâncias, o exame Vestibular reveste-se de duas importantes funções: primeiramente, voltando-se para o interior da própria Universidade, o Vestibular cumpre sua função de bem selecionar nossos candidatos de acordo com o compromisso de qualidade com a população; em segundo lugar, voltando-se para fora da Universidade, o Vestibular cumpre sua outra função de influir no ensino de 1.º e 2.º graus, redirecionando-o para os seus objetivos originais de formador de cidadãos pensantes, críticos e participantes.

Assumindo a responsabilidade do seu exame Vestibular, a Unicamp, baseada nos princípios acima descritos, converte-se em agente ativo no processo de seleção dos seus alunos. Assim sendo, além das mudanças no próprio exame, como por exemplo, a eliminação de provas de múltipla escolha (do "chute das cruzinhas") com a definitiva valorização da prova de redação, e a introdução de uma nota mínima de corte na primeira fase, a Universidade investe em uma atitude agressiva na forma de dois programas básicos:

***I — A Unicamp no colégio:** consiste no contato com as escolas através de equipes de professores da Universidade, com a finalidade de explicá-la (sua estrutura, seus cursos etc) e de fornecer aos alunos informações profissionais e principalmente colher junto a professores e diretores das escolas de 2.º grau a realidade do seu trabalho; estabelecer, enfim, um canal de comunicação de duas mãos, entre a Universidade e o ensino de 2.º grau.*

***II — O acompanhamento integral do aluno:** consiste na montagem de uma equipe de especialistas em pesquisas educacionais que, através da ajuda de órgãos já instituídos, como por exemplo o Serviço de Apoio ao Estudante (SAE), o Escritório para o Ex-Aluno, entre outros, tem por finalidade de fazer, além de pesquisas envolvendo os exames vestibulares, um acompanhamento do aluno por intermédio de avaliações, a partir de sua vida escolar a nível de 1.º e 2.º graus, até os anos que seguem à sua formatura. Os resultados de tais avaliações nos permitirão, sem dúvida, uma permanente discussão sobre nossos Cursos, como também, sobre a qualidade de ensino e sobre o profissional que estamos formando.*

Do jornal que nasce

O editor

As publicações universitárias de cunho informativo costumam padecer de duas contradições. A primeira resulta do fato de se dirigirem a um público heterogêneo cujas expectativas nem sempre são coincidentes. O sucesso de uma publicação desse gênero passa a ser, pois, uma questão de meio termo. Onde se cruzam esses interesses comuns, é aí que um jornal universitário deve estar.

Que interesses são estes? Que espécie de expectativa? Aqui não pode haver dúvida: trata-se da expectativa da informação correta e útil — e não, como no passado, da informação destinada a impressionar e persuadir. E quanto aos interesses, perdoem: são aqueles que a sociedade espera de nós, e que, na maioria das vezes, se confundem com deveres.

Retórica? Cortina de fumaça sobre os muitos problemas existentes? Vejam, trataremos sim desses problemas — sempre que se relacionem com os objetivos do ensino, da pesquisa, da extensão, da arte, da cultura, da vida universitária. E será assim, não tergiversando sobre as questões, que evitaremos cair na segunda contradição, esta ainda mais grave que a primeira: a tentação de passar uma imagem absolutamente favorável da instituição e de seus serviços (esse arraigado hábito dos últimos vinte anos), como se não vivêssemos num país que ainda se empenha na busca de seu projeto universitário. Bem a propósito, vale a pena ler, nesta edição, o documento que cinco dos 82 reitores brasileiros apresentaram na mais recente reunião do Conselho de Reitores (CRUB), realizada em Salvador. Uma lição de realismo.

Enfim, eis um jornal que pretende ir além do simples "house organ" e que buscará, acima de tudo, a realidade e o debate. Se é verdade que passará ao largo das questões corporativas (estas já têm seus veículos próprios), não deixará de estar atento às dúvidas, indagações e tendências da comunidade universitária. Nesse sentido o Jornal da Unicamp funcionará também como instrumento e veículo das transformações da universidade viva, necessariamente aberto, portanto, a todos.

jornal da UNICAMP

Uma publicação da Universidade Estadual de Campinas.
Reitor: Paulo Renato Costa Souza
Coordenador Geral da Universidade: Carlos Vogt
Pró-reitor de Graduação: Antônio Mário Sette
Pró-reitor de Pós-Graduação: Bernardo Beiguelman
Pró-reitor de Pesquisa: Hélio Waldman
Pró-reitor de Extensão: José Carlos Valladão
Pró-reitor de Desenvolvimento: Ubiratan D'Ambrósio
Este jornal é elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Correspondência e sugestões: Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Cep: 13081, Campinas, S.P. Telefone: (0192) 39-3134/39-3148. Telex: (019) 1150.
Editor: Eustáquio Gomes
Redatores: Amarildo Carnicel, Antônio Roberto Fava, Graça Caldas, Marcus Vinicius Ozores.
Fotografia: Jorge Luís Calhau
Diagramação: Amarildo Carnicel
Past up e arte final: André Alvarez
Serviços Técnicos: Sônia Regina T.T. Pais, Clara Eli M. Salinas, Hélio Costa Júnior.

COMPOSIÇÃO, FOTOLITO E IMPRESSÃO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP
Rua da Mooca, 1921 — Fone: 291-3344
Vendas, ramais: 257 e 325
Telex: 011-34557 — DOSP
Caixa Postal: 8231 — São Paulo
GOVERNO MONTORO

Em 87, um vestibular sem cruzinhas

Conhecer melhor o perfil do aluno, a preocupação

A Unicamp está preocupada em conhecer o perfil de seu aluno, desde o ingresso na Universidade até sua colocação no mercado de trabalho. Ao longo de seus 20 anos de existência, os professores da instituição têm verificado certa discrepância entre o desempenho do aluno no exame vestibular — que vinha sendo feito através do sistema de múltipla escolha — e seu aproveitamento em sala de aula. Para o reitor Paulo Renato Costa Souza, as mudanças introduzidas nas normas do vestibular da Unicamp para o próximo ano devem concorrer para alterar esse quadro.

Para executar esse trabalho, que em realidade corresponde a uma avaliação permanente do aluno, criou-se um grupo de trabalho. A universidade quer saber, entre outras coisas, o porquê da evasão de 41% de seus alunos, quer seja pelo trancamento de matrículas, quer pelas transferências regulares.

Segundo o pró-reitor para Assuntos de Graduação, prof. Antônio Mário Sette, o trabalho de avaliação permanente será executado principalmente através da Diretoria Acadêmica, que ficará responsável pela tarefa de traçar o perfil do aluno ao longo de sua passagem pela Universidade; e do Escritório para o Ex-Aluno, que avaliará o profissional recém-saído dos bancos acadêmicos. O trabalho de avaliação e acompanhamento tem início já no exame vestibular, mediante um questionário detalhado sobre sua vida estudantil.

Entre os vários fatores que historicamente concorrem para o ingresso ou não de um aluno nas universidades brasileiras, um ao menos — o fator sorte — estará eliminado em definitivo do vestibular da Unicamp a partir do próximo ano. Isto se deve à recente decisão da instituição de realizar seu próprio exame, dispensando, assim, os serviços da Fuvest, que há dez anos vem oferecendo seu modelo de vestibular unificado no âmbito das universidades estaduais.

A principal novidade do novo vestibular da Unicamp é a eliminação dos clássicos testes de múltipla escolha, onde, precisamente, entra o fator sorte. O exame continuará a ser executado em duas fases, constando a primeira de uma redação e a segunda de questões específicas sobre a área escolhida, com possibilidades mais amplas de avaliar-se a aptidão de cada candidato.

Para definir as regras do novo vestibular, o reitor Paulo Renato Costa Souza constituiu uma comissão com representantes de todas as unidades de ensino e pesquisa da Unicamp, e presidida pelo professor Antônio Mário Sette, pró-reitor para Assuntos de Graduação. Segundo o professor Sette, a grande alteração do vestibular de 1987 não se resume em abolir "cruzinhas".

O objetivo, na primeira fase, em que vários temas serão propostos para o desenvolvimento de uma redação, é avaliar a capacidade que o candidato possui em organizar suas idéias e levantar hipóteses — enfim, sua capacidade de argumentar e pensar. Não se pretende, com a redação, avaliar a memória do candidato. "Durante os testes serão fornecidos alguns tópicos, além de farto material informativo a respeito dos mesmos, a fim de que o aluno opte por um deles", adianta o prof. Sette. "O importante é a competência do aluno em trabalhar com esse material." Só concorrerão à segunda fase, a do exame específico, os candidatos que houverem alcançado a nota mínima (cinco) na primeira, independentemente da área escolhida.

Para o reitor Paulo Renato, uma das preocupações da Unicamp, ao reformular seu vestibular, foi atuar positivamente sobre o ensino de primeiro e segundo graus, cuja estrutura curricular se ressente, há anos, da influência dos testes de múltipla escolha. A pretexto de preparar os alunos para o ingresso na universidade, os currículos de primeiro e segundo graus terminaram por ajustar-se à mecânica dos exames vestibulares, distorcendo, dessa maneira, todo um ciclo de formação. O passo dado pela Unicamp teve imediato desdobramento em várias outras instituições de ensino superior, fora e dentro do Estado de São Paulo. "Com isso", conclui o reitor, "não só passamos a selecionar melhor e mais adequadamente nossos alunos, como também lançamos as bases para uma necessária reformulação do ensino".

O Calendário

De acordo com a portaria baixada pelo reitor Paulo Renato, no último dia 11 de agosto, a primeira fase do vestibular da Unicamp (redação) será realizada em 7 de dezembro; a segunda nos dias 4, 5, 6 e 7 de janeiro, e os exames de aptidão a partir do dia 8 do mesmo mês. Os resultados da prova de redação serão divulgados em 27 de dezembro e a chamada dos aprovados em 31 de janeiro. As matrículas serão em fevereiro, assim distribuídas: dia 2, Ciências Biológicas; dia 3, Ciências Humanas e Artes; e dias 4 e 5, Ciências Exatas. O candidato poderá optar por até cinco cursos de uma mesma área. Por outro lado, o candidato que se definir por uma carreira descartará, automaticamente, uma segunda opção. O manual de orientação do vestibular da Unicamp estará disponível na Diretoria Acadêmica a partir de 15 de setembro.

Ex-alunos: a Unicamp quer saber onde estão

Em seus quase 20 anos de atividades, a Unicamp já formou aproximadamente 12 mil alunos. Onde estão e o que fazem esses profissionais hoje? Em busca dessa resposta, a Universidade criou o Escritório para o Ex-Aluno, órgão que, entre outros objetivos, pretende buscar na atuação de seus ex-alunos no mercado de trabalho um dos fatores de avaliação de seu próprio ensino. Os efeitos da iniciativa já podem ser notados: cerca de 2.500 alunos apresentaram-se formalmente para iniciar um intercâmbio que pode, até mesmo, vir a alterar o perfil da Universidade.

Criado em dezembro de 1985, o Escritório vem trabalhando primeiramente no sentido de saber o paradeiro desse contingente hoje distribuído pelo mercado de trabalho de todo o país. Atuando em conjunto com a Diretoria Acadêmica da Universidade, o Escritório vem obtendo o cadastro dos universitários recém-formados, somando-se aí os nomes que chegaram através do "Jornal do Ex-Aluno", o Jornalex, publicação cujo primeiro número já está nas ruas.

"O retorno através do Jornalex foi bom" — afirma o coordenador do Escritório, professor Mário Presser. "Nossa intenção é dar prosseguimento ao trabalho de divulgação da existência do órgão. Queremos corrigir o abandono a que foi submetido o ex-aluno da Unicamp ao longo destes 20 anos". Presser considera o "retorno" do ex-aluno à Universidade um acontecimento de primeira grandeza, pois, melhor do que ninguém, é ele quem pode falar de suas dificuldades no mercado de trabalho e também do confronto teoria x prática, aspecto bastante polêmico no que diz respeito ao ensino superior no Brasil.

O coordenador tem vários planos para dinamizar o Escritório. A criação de uma associação que congregue os ex-alunos é o mais empolgante, embora reconheça que a concretização da idéia deva acontecer a longo prazo. Promover cursos de reciclagem profissional destinados a ex-alunos que estejam há algum tempo inativos, atuando como agente intermediário entre o profissional e as empresas ou órgãos de pesquisas, são alguns dos objetivos a curto prazo. O Escritório está aberto a sugestões e continua cadastrando novos nomes. Os interessados devem escrever para a Universidade Estadual de Campinas, Caixa Postal 6197, Campinas, SP, CEP 13081.

Engenharia Elétrica agora é Faculdade

Após um "casamento" harmonioso por mais de 15 anos, a Faculdade de Engenharia de Campinas (FEC) "divorciou-se". Mas não foi necessária nenhuma decisão judicial e tampouco houve uma separação traumática, já que era aguardada há tempo. Agora, **continuam a existir a FEC — que engloba os Departamentos de Engenharia Química e Engenharia Mecânia — e a Faculdade de Engenharia Elétrica, a FEE.**

O professor Evandro Conforti, que responde pela direção da FEE, diz que um dos motivos da "separação" é que o antigo Departamento de Engenharia Elétrica "sempre manteve um relacionamento mínimo com os outros dois departamentos que compunham a FEC, resumindo-se ao oferecimento de alguns poucos cursos específicos". Conforti explica ainda que "as áreas de maior contato da Engenharia Elétrica são, na verdade, com a Física e a Matemática". O surgimento da FEE, segundo Conforti, possibilitará, "além de um maior dinamismo, a flexibilidade na execução de suas múltiplas linhas de pesquisa de fronteira, afetas às áreas da moderna engenharia, principalmente em instrumentação, microeletrônica, automação, otimização de grandes sistemas, comunicação digital e as novas formas de geração e otimização da transmissão de energia elétrica".

Por outro lado a Engenharia Elétrica da Unicamp detém há mais de dez anos o conceito de centro de excelência, sendo responsável pela formação da metade dos doutores formados no Brasil em Engenharia Elétrica e por 1/4 dos doutores que atuam no território nacional. Até o momento, a nível de pós-graduação, já foram defendidas **na FEE 261 teses, sendo que 210 a nível de mestrado e 51 a nível de doutorado.**

Contando com 102 docentes, dos quais 60 doutores, a FEE historica**mente foi um dos centros que lideraram as pesquisas na área de informática, mantendo até hoje estreito relacionamento e troca de informações com o CPqD da Telebrás.**

Evandro Conforti salienta ainda que um dos objetivos da Faculdade é introduzir a modalidade de Informática no curso de graduação, "formando o engenheiro elétrico com conhecimento mais aprimorado nas áreas de instrumentação, microeletrônica e automação". Um dado importante a ser lembrado é que o índice de evasão da FEE é zero na graduação.

Machado: na segunda etapa do plano, mais 366 micros de 16 bits

O poderoso VAX-785 amplia em 20 vezes a memória do sistema

O velho DEC-10 em seus últimos dias de operação, 14 anos depois

O reequipamento alcança o ensino, a pesquisa e a administração

A Universidade se informatiza

O início do processo de informatização da Unicamp, em 1972, embora defasado em relação a algumas universidades que já dispunham de sistemas computacionais instalados, começou, no entanto, provocando uma revolução na área. Isto porque introduziu o sistema (na época pioneiro no país) "time-sharing", que permitia a utilização simultânea de vários usuários.

Hoje a Unicamp passa por um período de reequipamento computacional em função da crescente demanda, quer do setor de pesquisa, quer do de ensino e administração. Foi justamente para atender às necessidades da comunidade acadêmica que se iniciou em 1984 um Plano Geral de Reequipamento da Universidade, sob a coordenação do prof. Nelson Machado, Diretor do Centro de Computação.

A "morte" do DEC-10

Depois de servir aos usuários da Universidade durante 14 anos, o sistema computacional DEC-10 está com seus dias contados. Em janeiro do próximo ano será totalmente desativado e substituído pelo sistema VAX-785, da mesma empresa americana, a Digital Equipment Corporation. A introdução do VAX, uma máquina mais moderna e com capacidade de memória 20 vezes superior ao sistema DEC, permitirá a informatização plena da Unicamp.

A conversão do sistema DEC-10 para o VAX-785 vem sendo feita gradativamente. Para comportar toda a ampliação prevista do parque computacional da Universidade, está sendo construído um novo sistema de cabos. O sistema de redes locais deverá ficar pronto dentro de três meses e possibilitará a partilha de dados e sistemas.

O Plano de Reequipamento Computacional da Universidade foi dividido em duas fases. A primeira, iniciada em 1984 e já concluída, demandou recursos da ordem de 26 milhões de cruzados. Essa fase foi considerada emergencial: tratava-se de suprir serviços inadiáveis. Para tal foram adquiridos 220 microcomputadores de 8 bits, compatíveis com CP/M, com duas unidades de disquete de 5 1/4" cada e um total de 50 impressoras matriciais de 100cps. Estes computadores, entregues no ano passado, foram distribuídos da seguinte forma: 32% para o ensino; 46% para a pesquisa e desenvolvimento e 22% para a administração.

A segunda etapa do plano, já em fase de licitação para aquisição das máquinas, prevê a incorporação de mais 366 microcomputadores a partir deste segundo semestre, com término de entrega até o ano que vem. São computadores de maior porte, de 16 bits, compatíveis com PC-XT, incluindo seus acessórios, a um custo de 94 milhões de cruzados.

Sistema modular

Prevendo futuras expansões, o sistema foi configurado de forma modular. Assim, a aquisição de novos micros pela Universidade ou através de convênios específicos de pesquisa, não representará qualquer ônus técnico adicional. O aparelho será imediatamente integrado ao sistema, servindo-se, portanto, de todas as facilidades instaladas.

O acesso e a utilização dos recursos computacionais da Universidade se dá dentro de uma organização piramidal. Adota uma estrutura hierárquica, baseada em critérios cuja filosofia visa a repartir o uso dos aparelhos dentro das necessidades e especificidades de cada área. O atendimento individual ou de grupo de pesquisa se dá através dos micros. Embora autônomos, os micros interligados ao sistema central computacional da Universidade poderão, quando necessário, recorrer ao VAX para operações mais complexas de processamento de informações.

A nível departamental estão os super-micros que oferecem discos de maior porte e sistemas operacionais mais sofisticados. Nos Institutos os sistemas de médio porte e os superminis. E no Centro de Computação fica localizado o cérebro de todo o parque computacional, o VAX-785. Todas estas instâncias para uso dos recursos disponíveis, desde o individual até o Centro de Computação, estão interligados entre si.

Dentro de dois meses os usuários da Unicamp poderão contar com os serviços adicionais de bancos de dados externos com a ligação do Sistema Computacional da Universidade à Rede Nacional de Computação de Pacotes (Renpac). Esta conexão não foi possível antes porque só no mês passado a Embratel passou a oferecer a Renpac à região de Campinas.

Simultaneamente à ampliação substancial dos computadores à comunidade universitária, será portanto assegurado o acesso a todos os sistemas e serviços ligados à Renpac, entre eles o "Cirandão", que permitirá o uso do computador como "correio eletrônico" entre pesquisadores de várias instituições brasileiras.

O Interdata, serviço internacional de comunicação de dados, também interligado ao Renpac, poderá igualmente ser usado pelos usuários da Unicamp. Este serviço possibilitará a consulta a bases de dados localizadas nos Estados Unidos e na Europa. Com a ligação da Rede Nacional de Telex ao Renpac, em janeiro de 1987, o uso de telex será possível através dos micros. O acesso a todo este sistema poderá ser feito inclusive da casa do funcionário ou pesquisador que tiver um microcomputador compatível e interligado ao sistema da Unicamp.

Agilizando a Administração

Se o computador oferece na área de pesquisa e ensino perspectivas de agilização na análise dos dados, na área de administração suas vantagens são quase ilimitadas. Além de delegar às pessoas tarefas menos repetitivas e mecânicas, reduz consideravelmente o tempo para elaboração e manutenção de dados cadastrais e de controle para o movimento da vida universitária.

A implantação da informatização na administração da Unicamp começou em 1975, coordenada pela analista de sistemas Maria Helena Martinez. O primeiro sistema, implantado em 1976, foi para a folha de pagamento dos servidores da Unicamp, entre funcionários e professores.

O Programa de informatização de todo o setor administrativo da Universidade, que deverá ser completado dentro de dois anos, conta com o apoio de 15 analistas de sistemas distribuídos em cada setor: recursos humanos; materiais, biblioteca; hospital das clínicas; orçamentário e financeiro; contratos; vestibulares, controle de relações internacionais; controle de processos e estatísticas gerais. Todas essas áreas estão sendo gradativamente incorporadas ao computador.

Com as Pró-reitorias, mais diálogo

Três semanas após sua posse, em 18 de abril passado, o reitor Paulo Renato Costa Souza encaminhou ao Conselho Diretor proposta de mudanças fundamentais na estrutura funcional da Universidade. Uma delas foi a criação de cinco Pró-reitorias — de Graduação, Pós-graduação, Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento — e a extinção das Coordenadorias Gerais das Faculdades e dos Institutos. Preservou-se a Coordenadoria Geral da Universidade, com funções de Vice-reitoria, hoje coordenada pelo Prof. Carlos Vogt.

A criação das Pró-reitorias veio alargar os canais entre a administração e as Unidades de ensino e pesquisa, e entre a Universidade e a coletividade. O resultado mais imediato é a descentralização das tomadas de decisão, bem como uma maior fluidez dos processos de toda natureza, sem prejuízo do relacionamento das Unidades com o reitor.

Como atuam as Pró-reitorias

Pró-reitoria de Graduação — Através de um contato mais estreito com as unidades e com as comunidades docente e discente, a Pró-reitoria de Graduação tem como função fundamental "o questionamento constante da qualidade de ensino, com a finalidade de propiciar o surgimento de novas posturas", segundo o pró-reitor Antônio Mario Antunes Sette. Tem, além disso, a responsabilidade de equacionar problemas como os de reequipamento e reposição de materiais de consumo nos laboratórios de ensino, e a provisão de todas as necessidades que se relacionem com o ensino de graduação na Universidade.

Pró-reitoria de Pesquisa — Sob a coordenação do prof. Hélio Waldman, a Pró-reitoria de Pesquisa tem como principal finalidade coordenar, apoiar e incentivar toda e qualquer atividade ligada às pesquisas na Unicamp. Um exemplo já foi dado logo no começo: a definição de dois programas de pesquisas nas áreas de Informática e Biotecnologia, de forma a congregar e direcionar novos investimentos para ambas as áreas. Até o final do ano a Pró-reitoria pretende realizar um Simpósio em Política de Informática para o Brasil, para o qual conta com a participação da comunidade da Unicamp, sociedades de pesquisas, entidades de classe e representantes do governo. O objetivo é discutir os diversos segmentos do problema da informática no contexto nacional, abrangendo os tópicos pesquisa, ensino e política.

Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários — Sob a responsabilidade do prof. José Carlos Valladão de Mattos, coordena, supervisiona e tem a responsabilidade de, entre outras coisas, captar recursos para apoiar as atividades culturais e artísticas da Universidade. As propostas para essas atividades devem originar-se nos Departamentos, os quais devem elaborar projetos específicos, cabendo ao pró-reitor viabilizar os recursos necessários. Por outro lado, é através de cursos extra-curriculares — nos quais a população tem oportunidade de ampliar seus conhecimentos em variadas áreas — que a Pró-reitoria de Extensão busca interagir com o universo externo.

Pró-reitoria de Desenvolvimento Universitário — Dirigida pelo prof. Ubiratan D'Ambrósio, interage com as demais Pró-reitorias, Assessorias e Unidades em busca de novos rumos e alternativas para a Universidade. Seja através da criação de novos programas de ensino, de Departamentos e Unidades novas, de Centros e Núcleos Interdisciplinares, como também através de simpósios, seminários ou outras atividades não regulares, o objetivo é dinamizar a Universidade em todos os seus aspectos e recuperar-lhe o sentido de vanguarda social.

Pró-reitoria de Pós-graduação — Coordenada pelo prof. Bernardo Beiguelman, cabe à Pró-reitoria de Pós-graduação a execução de convênios entre a Unicamp e os órgãos de apoio à pós-graduação, sejam eles estrangeiros ou não, públicos ou privados. Também lhe cabe a preparação e o encaminhamento à Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes) proposta de implantação de novos cursos de pós-graduação.

Programas integrados, pesquisa solidária

Depois da experiência com os Núcleos de Pesquisa, introduzidos na gestão passada, com características de interdisciplinaridade, a Unicamp parte agora para os Programas Integrados de Pesquisa, por áreas de atuação. Trata-se de um novo modelo de trabalho para os professores da Universidade. Seu objetivo é a consecução efetiva dos vários desdobramentos da pesquisa de um mesmo campo de ação, onde o apoio mútuo permitirá uma racionalização do trabalho e a obtenção de resultados mais rápidos.

Dentro desse espírito, foram elaborados inicialmente dois planos: o de Informática e o de Biotecnologia. A escolha desses grandes temas, considerados estratégicos pelo governo para o desenvolvimento científico e tecnológico autônomo do país, deve-se também à dinâmica participação da Unicamp nessas áreas. Os dois programas têm um custo estimado de Cz$ 2 bilhões para três anos de execução, sendo a metade coberta pelos recursos orçamentários da própria Universidade e a outra por verbas de órgãos externos de financiamento.

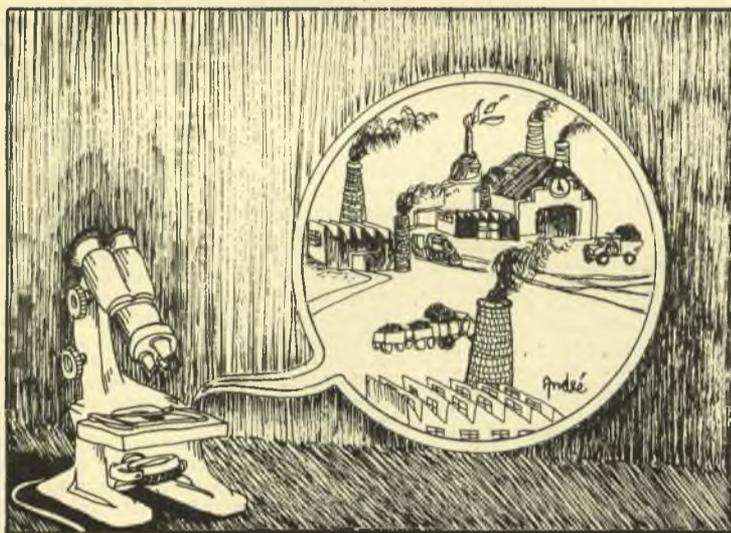
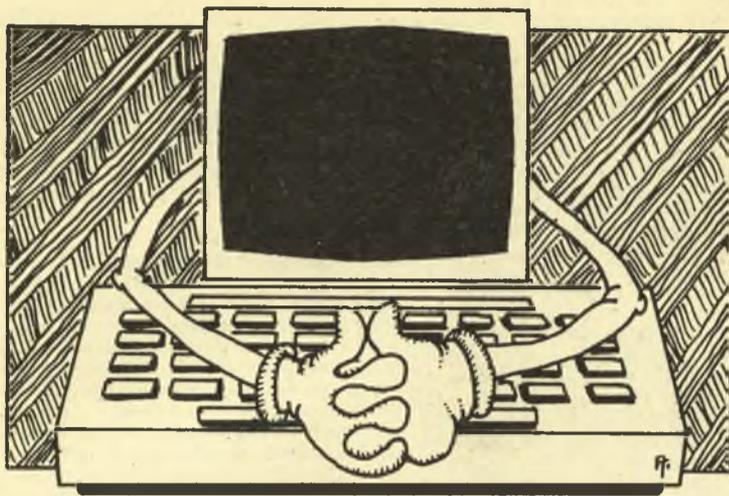
Integração das pesquisas

Normalmente as pesquisas universitárias desenvolvem-se isoladamente, a nível do pesquisador. Poucos são os projetos que reúnem vários cientistas dentro de um objetivo comum. Essa peculiaridade implica muitas vezes em superposição de verbas e retardamento dos resultados.

A introdução de programas integrados de pesquisa na Unicamp pretende, de acordo com o prof. Hélio Waldman, pró-reitor de Pesquisa, modificar esse quadro. Além de facilitar o andamento dos projetos, através do compartilhamento de infra-estrutura acadêmica (laboratórios e bibliografia), essa nova forma de trabalho, que agora se institucionaliza, permite também a aquisição de maiores recursos dos organismos financiadores.

Cada programa integrado terá um coordenador para acompanhar o andamento dos trabalhos. O de Biotecnologia ficará a cargo do atual diretor do Instituto de Biologia, Celso Magalhães, e o de Informática provisorjamente com o Prof. Hélio Waldman. Os primeiros recursos externos já foram solicitados à Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), que está analisando os planos para a concessão das verbas.

Embora a Universidade esteja inicialmente solicitando dinheiro do setor público, contatos estão sendo feitos com o setor privado para uma participação nesses investimentos. A ampliação dos recursos redundará, naturalmente, na maior eficiência dos programas. Os dois planos contemplaram, nesta primeira fase, algumas pesquisas já em andamento na Universidade. Outras porém poderão se incorporar ao programa.

A área de Biotecnologia envolve mais de 200 professores da Universidade, dentro de linhas básicas de pesquisa nas áreas de Saúde, Agricultura, Alimentos e Energia Alternativa. A de Informática reúne pelo menos 100 professores e atuará dentro dos seguintes sub-programas: Computação, Automação, Instrumentação, Microeletrônica, Aplicações e Materiais, além de áreas emergentes como Inteligência Artificial, Estudos da Linguagem e Processamento de Sinais.

O braço direito do pesquisador

Seu nome aparece, normalmente, nos agradecimentos das publicações. Na pesquisa, as tarefas de rotina seriam impossíveis sem eles. Nem sempre, porém, seu trabalho é devidamente reconhecido. Técnico de laboratório, técnico em microeletrônica, desenhista técnico-científico: são inúmeras as designações do técnico especializado. Entretanto, só recentemente, por determinação da Portaria Gr-216/86, foi criada uma comissão coordenada pelo prof. Oséas Valente de Avilez Filho, do Laboratório de Eletrônica e Dispositivos (LED), da Faculdade de Engenharia, para estruturar a carreira de técnico especializado na Unicamp.

Por falta de um quadro de carreira que permita a ascensão funcional, os técnicos especializados, requisitados no mercado de trabalho, terminam trocando a universidade pela indústria, por salários até quatro vezes superiores. A implantação da carreira na Universidade e o enquadramento do pessoal será feita o mais rapidamente possível.

O Desenho Científico

Esmeralda Zanchetta Borghi, (Esmê), 37, que trabalha há 11 anos no Departamento de Botânica do Instituto de Biologia da Universidade como desenhista técnico-científico, é um exemplo claro da importância do técnico especializado. Com seus desenhos publicados em revistas científicas de vários países, além de livros e teses, tem um currículo apreciável. Ela é um dos que mais se animaram com a notícia da criação de um quadro para a sua categoria, na Unicamp.

Embora também faça desenho técnico e atualização de mapas, o desenho artístico é o seu forte. A qualidade do traço e a limpeza dos desenhos a bico-de-pena faz com que trabalhe de fato oito horas por dia sentada em sua prancheta de desenho, numa concorrida sala do Departamento de Botânica.

Na verdade, seus desenhos são muito mais que meras ilustrações. A complexidade do original exige um detalhamento quase perfeito das nervuras e da pelosidade de cada planta. Isto porque é através desses desenhos que muitas vezes os pesquisadores fazem, no campo, a identificação das espécies.

A reprodução pode ser de uma planta viva ou seca, ou ainda de uma fotografia ampliada da espécie coletada no Brasil mas só existente em herbários estrangeiros. Essas fotos são emprestadas aos biólogos que providenciam, com a desenhista, sua cópia criteriosa.

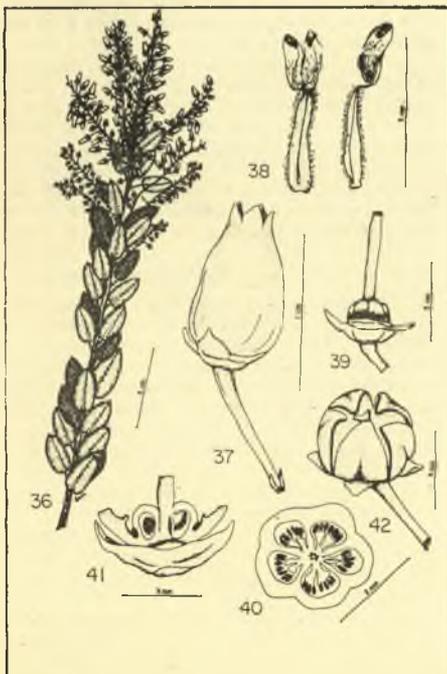
Cada desenho, que às vezes é a reprodução de um animal, às vezes de uma planta, não raro exige o auxílio do microscópio para a captação de cada detalhe. O tempo de execução depende da especificidade de cada trabalho, podendo até mesmo durar dias. O desenho a mão livre é feito inicialmente em rascunho de papel sulfite. A partir daí se faz o original em papel vegetal dentro de padrões variados, de acordo com sua destinação.

A excelência dos desenhos de Esmeralda vem sendo reconhecida até mesmo em outras universidades. Não basta ser um desenhista comum para realizar esse trabalho, que exige, além de aprimoramento técnico, sensibilidade artística. Suas pranchas serão mostradas durante o VI Congresso da Sociedade Botânica de São Paulo, que vai se realizar na Unicamp de 22 a 26 deste mês, na seção "História e Arte na Ilustração Botânica".

Quadro de Carreira

O Prof. Oséas Avilez já vinha se reunindo informalmente há cerca de dois anos com oito pessoas, entre pesquisadores e técnicos, para estudar o quadro de carreira do técnico especializado da Universidade. Com a decisão da atual gestão em formalizar este processo, Avilez foi nomeado coordenador da Comissão, que está trabalhando a todo o vapor.

A proposta, que começa agora a ser discutida oficialmente, com sugestões tanto de pesquisadores quanto de técnicos, tem como linha mestra os seguintes pressupostos: criar perspectivas de ascensão na carreira, que será estruturada a partir das funções exercidas pelos técnicos, levando em conta não apenas o nível de escolaridade, mas também o grau da dificuldade do trabalho; responsabilidade; operacionalização; execução; projeto e cargos de coordenação.

O reenquadramento dos técnicos que já trabalham na Universidade será feito através de análise individual, caso a caso, para corrigir as distorções existentes. A ascensão se processará mediante avaliações periódicas por mérito e não por tempo de serviço. A idéia é premiar a competência e a dedicação ao serviço. A faixa salarial pensada para o técnico especializado terá como limite a carreira docente, para evitar discrepâncias. A perspectiva é a aproximação do mercado de trabalho.

No trabalho de Esmê, técnica e arte. À direita a "Compositae", fruta do cerrado matogrossense; à esquerda, detalhamento da "Ericaceae", de Minas Gerais

A Universidade d

Mais uma vez, o ensino superior no Brasil começa a ser revisto. A criação, no governo da Nova República, da Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior revela a preocupação permanente dos educadores com a universidade. De crise em crise a universidade brasileira, em seu meio século de existência, vai buscando seu caminho.

Copiando modelos, europeus ou norte-americanos, a universidade brasileira tem procurado continuamente sua identidade . Na verdade, poucos parecem entender o papel da universidade no contexto geral da sociedade. Entre as expectativas geradas em torno dela e de sua real produção, a universidade vai aos poucos se definindo.

Durante muitos anos, a Universidade de São Paulo (USP), se constituiu num mode-

"O que une as questões da ciência, da universidade e da ideologia entre si é que todos fazem parte de um todo maior que é a política do desenvolvimento." (Simon Schwartzman)

Jornal da Unicamp: O objetivo deste debate é discutir a viabilidade ou não de um modelo universitário para o Brasil, a partir da experiência da Unicamp — que completa agora 20 anos de existência — ou de qualquer outra. Para iniciar a discussão, nada mais lógico que tomar como ponto de partida a fundação da Universidade de São Paulo (USP), que foi a primeira a surgir no cenário brasileiro, há 52 anos. Será que a USP foi o paradigma adequado para a universidade que o Brasil reclamava? E o que veio depois, tendo-se espelhado na USP, atendeu às aspirações da sociedade brasileira?

Cardoso: Bem, só posso falar em relação à USP, de minha experiência como aluno. Nunca fui docente dessa Universidade. Entre os presentes, talvez eu seja o mais antigo, da chamada terceira geração da USP, aquele que recebeu sua formação através dos professores da Mission Française. Esses professores passaram à nossa geração a idéia da universidade no sentido realmente de universalidade, mas fundada muito na experiência francesa e sobretudo na École Normalle. Tenho a impressão de que muitos de nós se inspiraram nesses professores de origem francesa.

Romano: O que me parece importante notar é não apenas a instituição USP, mas o plano ideológico e político no que essa instituição surgiu. Lembre-me que Júlio Mesquita Filho, já em 1929, dizia que a universidade é, no organismo social, o que o cérebro é no organismo animal. A universidade seria o órgão de controle, de direção da sociedade, capaz de fornecer elementos para o Estado. A função da universidade, ainda de acordo com Júlio de Mesquita, é restabelecer a disciplina na mentalidade do povo. Na mesma época, em discurso na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Tristão de Athayde dizia que se nós quisermos colocar ordem nas ruas, devemos colocar ordem primeiro na universidade. Então, a universidade era vista como organismo ordenador. Havia dois lados do espectro ideológico, o católico conservador — nesse caso, extremamente conservador — e o liberal, pensando em universidade como aquela instituição que fornece cérebros para ordenar o social. É essa visão organicista do saber que está presente na idealização da universidade, essa idéia de que o social é um corpo hierarquizado, com cabeça e membros.

J.U.: Várias imagens têm servido para qualificar a universidade. Ela está na vanguarda do processo, dizem uns; é o cérebro da sociedade, dizem outros. Até que ponto não se trata de meras figuras de retórica?

"O direito de errar, de passar 20 anos fazendo uma pesquisa que não dá certo."

Waldman: Essa retórica de certa maneira é um pouco voluntarista. Reflete um pouco os anseios da própria universidade, a maneira como ela se quer ver no cenário nacional. Agora, isso não quer dizer que a universidade não tenha tido e não tenha hoje um papel social importante. É preciso, no entanto, decifrar esse papel; ele não parece bem definido. Ficou claro nas palavras do professor Cardoso e do professor Romano que existem alguns papéis que podem ser visualizados dentro dessa pequena tradição de 50 anos. O papel, por exemplo, da aculturação, da transplantação de uma tradição francesa para o Brasil, uma tentativa de transplantar culturas estrangeiras para dentro do Brasil. Acho que isso foi líquido e explícito na proposta de criação da USP. Esse papel, de certa maneira, acredito que ficou um pouco superado — pelo menos funcionalmente —, na medida em que hoje esse processo da aculturação se dá numa escala muio maior e através dos meios de comunicação, apesar de num nível bem mais trivial, mas com uma penetração sem precedentes no interior da sociedade. Hoje a televisão chega à sala de visita de cada brasileiro. Outro papel que foi mencionado, e que também estava claro e explícito na proposta USP, é seu papel na formação de elites. O que se queria realmente era formar uma pequena elite, o que de fato se tornava necessário em face do processo de modernização que se pretendia na época. Isso também acho que ficou superado na medida em que a escala desse processo se tornou muito maior e pequenas elites hoje não vão adiantar nada; não vão pesar, não vão ter repercussão dentro da sociedade brasileira moderna.

J.U.: Retomando um pouco a questão colocada pelo Romano, que não foi ainda devidamente esmiuçada: essa visão organicista do saber e a universidade sendo concebida no Brasil dentro de um modelo de ordenamento social. Quando se coloca hoje a questão quase permanente da crise da universidade, não seria essa crise uma tentativa de romper com essa postura organicista da universidade como prestadora de serviço intelectual e formadora de cérebros para o governo?

Romano: O Waldman estava desenvolvendo esse tema de maneira muito adequada, embora de um outro ponto de vista. Outro dia eu integrava uma banca de mestrado — era uma tese sobre as funções das comunidades eclesiais de base na periferia de Campinas — e o mestrando dizia que há dois anos ele jamais viria para a Unicamp, que a Unicamp significava para ele tudo isso que nós falamos: elitismo, afastamento, etc. Mas ele veio. Veio justamente porque terminou por perceber os limites de uma ação puramente empírica no interior das CEBs, onde era um dos dirigentes; percebeu que estava repetindo procedimentos, discursos e que até a expansão de quadros desse movimento (das CEBs) estava sendo prejudicada por falta de capacidade intelectual. Ele veio à universidade para aprender e adquirir capacidade analítica, mas atestava que a universidade não foi feita apenas para especulações e para pesquisas desinteressadas, mas principalmente para servir à comunidade. Então nota-se essa ambivalência das pessoas que estão nos movimentos sociais. Elas vêm à universidade para abrir possibilidades de análise, de crítica, mas ao mesmo tempo querem servir-se da universidade como um instrumento, até matando aquilo que no meu entender é importantíssimo numa universidade, o direito de errar, o direito de passar 20 anos fazendo uma pesquisa que não dá certo. Tudo aquilo que é fundamental, para mim, do ponto de vista da essência da universidade não é muito bem percebido por esses movimentos sociais. Penso que industriais, políticos, vêem a universidade mais ou menos sob o mesmo prisma, como um instrumento de trabalho.

J.U: Essa instrumentalização da universidade seria uma aproximação maior do modelo americano, escapando assim do modelo francês?

Cardoso: A própria idéia de haver um sistema universitário brasileiro já me parece um pouco equivocada, porque se nós pensamos universidade, e aí invocamos a experiência americana, a primeira idéia que vem é a de pluralismo. Deve haver tantas universidades quantas possibilidades de exercitar o pensamento e o país permitir, desde que se resguarde a questão da qualidade. A questão da qualidade e da meritocracia na universidade é a que, a meu ver, tem sido atacada exatamente por esses segmentos, que encobrem, exatamente, a necessidade de um mérito. A universidade tem sido pensada por esses segmentos quase como uma metáfora da sociedade. Enquanto metáfora da sociedade (se levarmos a sério essa metáfora — e há aí elementos que irão destruir a própria universidade) evidentemente que se apresenta como entidade de natureza extremamente diversa. Então, a universidade tem que encontrar o seu exercício, libertando-se dessa metáfora.

J.U: Essa libertação não significaria o rompimento de certas amarras, como por exemplo no caso das federais e das fundacionais? Não seria necessária uma autonomia mínima dessas universidades?

Cardoso: Concordo que a idéia de autonomia é fundamental. Reivindica-se autonomia política e autonomia financeira. Sabe-se que autonomia financeira não se conseguirá jamais. Isto porque, quando se trata de recursos públicos, o poder público tem que cuidar da aplicação desses recursos. É mesmo necessário estabelecer mecanismos de aplicação para os recursos públicos. Agora, que se resguarde a plena autonomia política. Essa foi uma das questões cruciais do debate sobre a reforma universitária na recente Comissão do Ministério de Educação, da qual participei. O grupo, embora diversificado, defendeu a autonomia política da universidade como algo fundamental. Mas propôs que, através dessa autonomia política, se faça realmente uma política científica. O panorama do ensino no país hoje é extremamente diferenciado. Na questão proposta há um pouco a tentativa de se ver o panorama universitário através da experiência e da contribuição do modelo paulista. Mas também aí eu gostaria de fazer uma interrogação. Até onde podemos falar de uma universidade paulista? Também me parece que estaríamos macaqueando uma experiência que no seu tempo foi excelente — a experiência da USP — mas me pergunto por que essa experiência tem de ser adotada como matriz. Tenho a impressão de que a Unicamp tem aberto o seu caminho exatamente por não estar comprometida com a tradição uspiana. Nesse sentido ela poderia ser muito mais imaginativa para encontrar o seu próprio caminho.

Dagnino: Quando a USP foi criada ela realmente respondia ao projeto de uma classe que saía vencedora de um processo político do começo dos anos 30 e se propôs como um modelo a ser expandido. De fato, nessa época algumas universidades — a do Rio Grande do Sul, a de Minas Gerais — se constituíram adotando de certa forma o modelo USP, modelo de universidade que se formava a partir de faculdades isoladas, onde em geral se agregavam as faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Era o que a USP trazia de mais inovador dentro de uma estrutura para o Brasil. Entretanto, esse processo se manteve até a década de 60, quando a própria universidade passa a clamar, no bojo de um movimento muito mais geral, por uma reforma de base na sociedade brasileira, o primeiro passo sendo uma reforma universitária. Essa bandeira tinha sido adotada por alunos, professores e funcionários. Essa reforma propunha uma democratização da universidade e sua conversão em instrumento social, colocando-a mais a serviço da construção de um novo Brasil. Com o golpe de 64, o que ocorre? No primeiro momento um cerceamento da liberdade dentro da universidade, uma pressão concreta. Não vamos dourar a pílula. O que acontece é uma violência dentro da universidade. A bandeira da reforma universitária é retomada, agora fantasiada de uma outra coisa completamente diferente, fruto de um relatório do aparelho militar que propõe à universidade um novo caminho. Isso já em 67, 68. Mas a coisa esquenta. A própria comunidade universitária se antepõe aos projetos e diz não. "Não é essa a reforma universitária que nós queremos". Isso se confunde com todo o movimento de resistência ao regime, no qual a universidade é uma das pontas de lança.

O que eu quero enfatizar é que essa universidade que está aí, esse sistema de ensino superior, é funcional para as demandas implantadas pelo sistema sócio-político-econômico. Agora, como é que podemos romper esse impasse? Acho que não é voltando à USP. Não é também tentando uma mudança autônoma e individual ou separada da universidade. É fazendo com que, no bojo desse processo de transformação que vive a sociedade brasileira, a universidade vá tentando os seus caminhos, vá tentando se ajustar. A universidade tem sempre que se preparar para o futuro (não para o passado nem para o presente) para que haja um mecanismo de transformação social. Esse é o desafio.

"As pesquisas na universidade ficaram cada vez mais dependentes dos órgãos de fomento."

J.U:A crescente privatização do ensino superior é normalmente associada à perda de qualidade. No entanto, se olharmos para fora do Brasil, vemos que isso não é verdadeiro, que o ensino universitário, que as grandes universidades não são públicas, mas privadas.

Waldman: Essa diferença de qualidade do ensino privado americano é fácil de entender em função da diferença entre a qualidade que os profissionais requeridos pelo setor privado americano precisam ter para manter a competitividade. Na verdade, os EUA estão há muito na vanguarda do processo de desenvolvimento tecnológico e querem manter-se assim. Então, o setor privado precisa de profissionais capazes de fazer avançar o desenvolvimento tecnológico, de criar novas tecnologias etc. Ao passo que o setor privado brasileiro é justamente dominado por empresas que trazem tecnologias do exterior. Acredito que a universidade privada pode formar bons profissionais. Mas ela só formará se isso corresponder às necessidades do próprio setor privado. Assim como a universidade pública também pode formar recursos humanos para o setor público. O nível de qualidade será determinado em grande parte pelas necessidades e interesses do setor público.

Cardoso: Há certos padrões diferentes de investimento também nos EUA. O setor privado investe na universidade. Aqui o setor privado não investe na universidade, não há estímulos.

Dagnino: Uma universidade privada, para ser boa, tem que estar no contexto de uma sociedade que tenha uma distribuição de renda que permita às pessoas dedicarem uma parte dos seus salários, seja lá o que for, para estudar. Num país como o Brasil, o que se espera de uma universidade privada é que ela seja ruim. A não ser que o governo invista na universidade privada.

Cardoso: A Universidade de Harvard recebe grandes investimentos de fortunas que são doadas. Ela tem recursos porque há interesse. Há um sistema de imposto de renda que estimula esse tipo de investimento. Entre nós não existe isso. Claro que o dinheiro público só pode ser investido na condição de ser gerido publicamente. Não é bem uma defesa da universidade pública, mas do dinheiro público. Se o dinheiro público for investido na universidade particular, ela tem que aceitar no seu grupo de decisão da política universitária também o Estado, e não só o Estado mas também a sociedade.

J.U: Percebe-se a indefinição do sistema até mesmo nas reuniões de reitores que se realizam anualmente. As Católicas puxam um de lado, querem dinheiro, as Fundações puxam de outro, querem autonomia. Afinal, o que a universidade brasileira espera de si mesma?

Romano: Gostaria de analisar esse tema de outro prisma, do prisma das tendências atuais em termos das universidades paulistas. Vamos colocar a Unicamp como uma espécie de ponto zero. Nós teríamos a USP como um modelo decididamente verticalizante de decisão até para o futuro e a Unesp que foi formada de uma maneira absolutamente artificial. No projeto do estatuto da USP, feito por uma comissão de alto nível, dizia-se tranqüilamente que a universidade deveria seguir as exigências do método científico. Encarregado de analisar esse documento para o meu departamento eu me perguntava o que há de comum entre a física, a dança, a pintura, a filosofia, a antropologia etc. O método científico no singular é uma espécie de camisa-de-força que nem o positivismo chegou a desejar. O outro ponto é que eles colocavam como função da universidade servir aos poderes públicos. De repente temos um governo democrático. Amanhã nós temos um golpe de estado. Se a universidade não cumprir aquilo que o interesse público do momento acha que é fundamental, ela estará descumprindo com sua missão, então é melhor matizar um pouco isso.

Infelizmente, a alma e até a letra desse estatuto continua no sentido de imposição para as bases. Por outro lado, temos a Unesp. Lembro-me que os trabalhos foram distribuídos em três setores: ensino e pesquisa, carreira docente e poder. Grande parte do movimento, inclusive o progressista, pensa que a universidade se esgota nesses aspectos organizacionais e a maior confusão, no meu entender, está entre poder e autoridade. Poder numa universidade é uma palavra extremamente mal empregada. Poder para mim supõe monopólio da força física, da instituição jurídica e da gerência do fator econômico, o que supõe que haja poder pela legitimidade ou pela força, no sentido de se garantir o exercício do poder. Na universidade, não vejo nada disso e nas relações da universidade com a sociedade também não.

Portanto, tudo isso me parece um jogo de palavras; claro que a universidade só pode ter alguma influência, alguma determinação, tanto interna como externamente, se for baseada na autoridade do saber. Dizer que essa história de poder e saber é uma coisa só, pura bobagem. Na verdade o saber é silencioso, não é de falar muito, e saber não é poder. Mas o que realmente dá poder é a aparência de saber. Na verdade, o poderoso está interessado é na aparência, na capacidade de conhecimento, de reunir muita gente. Então, essa tensão entre a aparência e o saber propriamente dito é uma constante. Boa parte das discussões sobre a função social da universidade se baseia um pouco no esquecimento desses nervos mais doloridos.

J.U.: A universidade estaria mais próxima da aparência do saber que da competência?

Renato Dagnino, *37 anos. Engenheiro metalúrgico pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorando em Economia. Chefia atualmente o Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da universidade. Tem-se especializado na produção de diagnósticos sobre tecnologia nacional em geral e da indústria de armamentos em particular, onde tem várias publicações.*

Roberto Cardoso de Oliveira, 58 anos. Doutor em Ciências pela USP, veio para a Unicamp no ano passado para participar da organização de doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Antropólogo renomado, com publicações sobre populações indígenas e sua relação com a sociedade global. Ultimamente tem trabalhado mais com Etnografia da Ciência.

Romano: Não chego àquele exagero do Gianotti, que me parece uma simplificação muito pior do que a minha, de dividir a universidade entre sabidos e sábios, porque isso fica lá no universal e nunca chega ao particular, e ele não gosta de quantificação. Gostaria de saber quantos sabidos há na universidade e quantos sábios, para poder definir um pouco melhor. Acho, enfim, que ele tem uma certa razão. As pessoas têm trabalhado a questão da universidade e essas questões do relacionamento com o poder público como se de fato a universidade fosse aquilo que foi feito dela, apenas um segmento a mais de funcionários públicos que encontram na universidade uma espécie de trampolim para a política do executivo.

Cardoso: Sobre a questão dos sábios e dos sabidos, acho que é uma abordagem muito feliz do Gianotti, mesmo porque, para começar, uma universidade vai ter sempre seus sabidos e os seus sábios. A questão de preponderar um ao outro é uma mera questão estatística. Esse é um problema menor, desde que a universidade enquanto instituição não se torne sabida e seja sábia. Então existe o perigo dela se tornar sabida, de ser contaminada pelos sabidos. Não quero fazer diagnóstico. É uma coisa empírica, de pesquisa. Mas isso parte de um equívoco existente em relação à função da universidade. Estamos há longos anos vivendo sob o signo do desenvolvimentismo nacional. Faz-se então com que a universidade seja um dos setores desse desenvolvimento. Estamos marcados por uma ideologia desenvolvimentista que é exatamente a contribuição da universidade na constituição da cidadania. Vemos isso na própria distribuição de recursos pelas instituições, pelas diferentes fundações, Fapesp, Capes, CNPq, em escala federal e outras, a disputa de verbas entre as áreas das Humanidades e as áreas técnicas e tecnológicas. Estas últimas ganham sempre, embora as Humanidades tenham tradicionalmente contribuído mais do que as outras para enriquecer a cidadania.

"A inserção da universidade no processo de desenvolvimento não foi lúcida, mas dependente."

Dagnino: Gostaria de retomar esse fio da ideologia do desenvolvimentismo. Não acho que a universidade brasileira tenha sido influenciada por essa ideologia. Antes tivesse, porque no projeto desenvolvimentista, quando se pensa no termo, a prioridade da educação seria muito maior. Além disso, a demanda que se faria em relação à universidade seria também muito maior, a resposta que a universidade teria que dar para a construção, seja a nível de superestrutura, seja a nível de modelo intelectual, teórico, seja a nível de coisas práticas, como tecnologia, prestação de serviços à comunidade, seria muito maior. Na realidade, foi chamada a atender a uma demanda muito pequena. Acho que aí se enconra o elemento central da nossa crise: temos um modelo de universidade na cabeça e outro sob os pés.

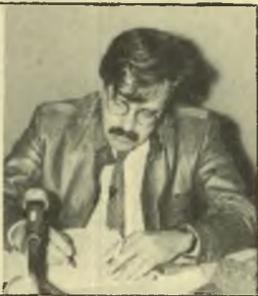
Cardoso: Insisto em sublinhar o aspecto perverso da idéia do desenvolvimento democrático. O desenvolvimentismo já é o aspecto perverso, a receita para todas as coisas. Efetivamente, o desenvolvimento se tornou um movimento extremamente perverso no sistema global da chamada universidade brasileira. Se ela estava alijada desse processo de desenvolvimento é porque provavelmente não tinha condições de dar essa contribuição e imediatamente utilizar a inteligência para as questões ligadas ao desenvolvimento.

Então, qual foi a estratégia que o governo adotou nos anos 50? O governo debilitou as universidades, que começaram a ficar cada vez mais dependentes dos organismos de fomento. Mas esse não é um problema apenas da universidade brasileira. Isso ocorre nos outros países. Enxertam-se recursos em grupos ou pessoas realmente capazes, que têm mérito. Nenhuma uni-

discute seus rumos

lo que foi exportado para todo o país. Entretanto, surgiu há 20 anos, no interior de São Paulo, um novo modelo de universidade, a Unicamp. Fugindo aos padrões estabelecidos e já arraigados no sistema universitário brasileiro, o idealizador da Unicamp, prof.º Zeferino Vaz, montou uma universidade que investiu solidamente na pesquisa tecnológica, de um lado, e de outro no pluralismo de pensamento.

Em processo final de institucionalização, a Unicamp começa também a criar suas — inevitáveis e necessárias — amarras. Para discutir o sistema universitário brasileiro, a tão decantada crise universitária e o modelo Unicamp, o Jornal da Unicamp montou uma mesa-redonda com a participação de professores das áreas de Humanas e Tecnológicas. No debate, uma demonstração clara da visão crítica que permeia os pesquisadores da Universidade.

Roberto Romano, 40 anos. Filósofo pela USP e doutor pela Escola Prática de Altos Estudos de Paris. Trabalha no Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Educação da Universidade. Suas publicações abordam temas como Teoria do Estado e Teoria da Ideologia do pensamento conservador, sobretudo a lógica do pensamento conservador no Brasil.

***Hélio Waldman**, 42 anos. Engenheiro eletrônico pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e doutor pela Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, ex-diretor da Faculdade de Engenharia de Campinas e atualmente na função de pró-reitor de Pesquisa. Trabalhava originalmente em pesquisas sobre o comportamento de física da ionosfera em Engenharia Elétrica e hoje concentra seus trabalhos em engenharia de sistemas de comunicações ópticas.*

versidade tem mérito em si. São as pessoas competentes da universidade que lhe conferem esse mérito.

Nos anos 50, com a criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e posteriormente, em São Paulo, a Fapesp, já na década de 60, se efetiva esse processo de distribuição de recursos. Devemos examinar a questão para saber como esse "ismo" de desenvolvimento, essa ideologia, começou a marcar a distribuição de verbas.

Uma das críticas maiores, que não vem só das Humanidades, mas também das Ciências Básicas, é a questão das tecnologias. Encontramos também ainda hoje um esforço grande da ala das Ciências Básicas, das chamadas "ciências puras", para lograr maiores recursos. Agora, é muito difícil, no quadro brasileiro, que as universidades tenham recursos próprios para pesquisa. Tenho a impressão de que o próprio desenho da distribuição de recursos para Ciência e Tecnologia é feita através de órgãos de fomento. Então, como trazer essas verbas para a universidade? As universidades têm procurado contratar as melhores pessoas, para que elas também tragam recursos, o que é um sistema muito parecido com o que ocorre nos Estados Unidos. Nenhuma universidade tem recurso para a pesquisa, elas têm órgãos de fomento que são então procurados através dos membros mais ativos, com maior mérito, maior notoriedade para conseguir alguma coisa. Se isso vai desembocar num desvio das verdadeiras funções da universidade, é algo a ser discutido.

J.U.: Na Unicamp criou-se recentemente um fundo de pesquisa próprio, a partir da cobrança de uma taxa de administração sobre os convênios. Talvez seja uma boa política. Talvez esteja aí uma resposta para a falta de recursos para a pesquisa universitária.

Waldman: Trata-se de uma tentativa da Universidade de se apropriar de uma pequena parte dos recursos que vêm para a Universidade com fins específicos, para tornar esses fins um pouco menos específicos.

> *"A questão do mérito vai quase que naturalmente se impor."*

O comentário que eu queria fazer é justamente nessa linha. Acho que o problema não é tanto da universidade estar sendo alijada do desenvolvimento. Na verdade, a universidade foi muito impactada pelo desenvolvimento do país. O maior impacto na verdade foi o crescimento da universidade. O problema é que a inserção da universidade nesse processo de desenvolvimento não foi lúcida, para que levasse a universidade a ser um instrumento de desenvolvimento mais auto-sustentado, mais autônomo, mais independente. Ela se inseriu dentro de um processo de desenvolvimento que tinha características de dependência. Não foi feito nenhum esforço adequado para dar à universidade meios e também um direcionamento objetivo, no sentido de ela ser menos dependente. Vemos então a liberação dos recursos quase beirando a idéia da prestação de serviços pura e simples. Estamos beirando a rotina e isso é muito mau para a universidade. É a negação do valor da própria universidade, que é para desenvolver o saber e não simplesmente aplicar o saber.

Cardoso: Tenho a impressão de que os órgãos de fomento não devem ter uma política científica. Na hora que esses órgãos de fomento tiverem uma política científica nós ficaremos amarrados à política vinda de cima. Acho que esses órgãos devem ter é dinheiro.

Romano: Para as universidades saírem da rotina são necessários grandes investimentos.

Cardoso: Sobretudo quando se fala em pesquisa de grupos. Estamos acostumados a trabalhos individuais. Na hora em que esses órgãos de fomento começarem a investir em equipes teremos também de ser capazes de constituir equipes, inclusive multidisciplinares. Um dos problemas é que a distribuição dos recursos já está fragmentada para as diversas áreas. Então, para lograr recursos para uma equipe, você tem que trabalhar com vários órgãos de decisão interna.

Romano: Sobre a questão do investimento no plano das Ciências Humanas, eu pergunto: como é possível se falar em pesquisas de Ciências Humanas sem investimento nesse campo? Isso me parece uma coisa séria. Então, como produzir sábios sem investimentos na biblioteca de Humanas?

J.U.: Qual a importância de investir em Humanas num país que pretende não apenas acabar com a dependência mas também repensar o seu próprio modelo político e econômico?

Waldman: Quando se lembra a criação da USP, as Humanidades estavam no centro da proposta original da USP, tanto assim que a Universidade se constituiu em torno da Faculdade de Ciências e Letras, na qual as Humanidades predominavam. Isso foi um pouco perdido; em parte durante o regime militar, que colocou mais fé nas tecnologias, talvez porque temesse certa densidade intelectual nas Humanas.

Cardoso: Às vezes é muito fácil atribuirmos tudo aos longos anos do regime ditatorial. Acho que, nesse caso, tendo sido aluno da USP, lá também não havia grandes investimentos nas bibliotecas. A questão da biblioteca é um ponto crucial. As bibliotecas representam para as Humanidades a mesma coisa que o laboratório para as outras áreas. Só muito mais recentemente se começa a ter essa preocupação, sobretudo de biblioteca central. E eu digo biblioteca central porque é onde se pode haver grandes investimentos e sobretudo criar uma estrutura de bibliotecas, de organismos que defendam o bem cultural que é o livro, inclusive com mecanismos de proteção desses bens.

Waldman. Acho que foi oportuna essa questão dos livros. É fundamental para a universidade. Agora, quanto a esse espírito da USP, de valorizar as Humanidades, acho que precisaria ser ressuscitada; as Humanidades, as Ciências Básicas — tudo é importante — mas as Humanidades em particular, pois estão mais no fundamento, nos alicerces do conhecimento e são importantes inclusive na formação das pessoas que vão atuar nas áreas tecnológicas. Aliás, o conhecimento tecnológico hoje é cada vez mais volátil. Todo aquele conhecimento específico, dado em geral nos cursos de Engenharia nos últimos anos, está condenado à obsolescência em questão de dez anos. O que vai sobrar do engenheiro que estamos formando realmente é a visão geral: é com essa visão geral que ele vai-se aprimorar. Com esse instrumental ele vai inclusive atualizar o conhecimento tecnológico de uma forma crítica.

Dagnino: O que tem acontecido na universidade brasileira dos anos 60 para cá — quando realmente se começa a fazer pesquisas de forma sistemática — é um processo que eu poderia tentar sintetizar da seguinte forma: até o final da década de 70, há um esforço muito grande para as universidades atuarem fundamentalmente nas áreas consideradas de segurança nacional, as áreas que interessavam para um projeto Brasil Grande. A universidade como um todo tem o seu orçamento em geral decrescente durante todo esse período. O que se tira com uma mão se coloca com a outra para fazer pesquisas em áreas consideradas importantes. De fato, a área de Ciências Sociais sofre. Não é que ela sofra uma redução, mas não há incremento. É a época em que se montam os grandes laboratórios, em que se criam mecanismos diferenciados de financiamento para a pesquisa científica, aquela que tem desdobramento em tecnologia, ao contrário da área social. A pesquisa em Ciências Sociais continua sendo feita por indivíduos, enquanto a da área científica e tecnológica, que exige laboratórios, é feita em equipe. Agora, o que acontece no começo dos anos 80 é que mesmo a pesquisa científica com desdobramento tecnológico é enxugada em função de uma avaliação que se faz nos órgãos do governo a respeito da real importância dessa pesquisa. Os fundos são direcionados para a pesquisa tecnológica nos institutos de pesquisa do próprio governo e nos centros de pesquisa e desenvolvimento das estatais. Ora, o Brasil da década de 80 já é diferente. A universidade durante esse período formou gente capaz de integrar as equipes dos centros de pesquisa, poderia falar na Telebrás, na Eletrobrás, em todas as "brás", nos institutos de pesquisa tipo Embrapa etc., que se alimentaram de pessoal formado pela universidade. Isso em si não é ruim. A universidade é pra isso mesmo. O que não pode ser feito é o deslocamento de uma equipe inteira das universidades para os centros de pesquisa.

Waldman: Observa-se hoje que o país está para entrar numa nova fase de desenvolvimento e está despreparado em termos de pessoal. Estou falando da área tecnológica.

Dagnino: É. O que ocorre é que essa política de pesquisa em relação à universidade é uma pesquisa que fazia parte da esquizofrenia geral. Por um lado se investia num empreendimento de maturação a longo prazo que é a confirmação da base científica tecnológica do país onde a universidade era o local privilegiado. Mas por outro lado se estimulava a compra de tecnologia de equipamento importado frustrando qualquer intento que a universidade pudesse ter de fazer com que o resultado da pesquisa chegasse até o seu destino. Além disso a pesquisa básica que se fazia na universidade, e que era condição necessária para que se chegasse até à aplicação industrial, passa a ser descuidada, ao contrário do que ocorreu na década de 70. A pesquisa com aplicação tecnológica parece que está entrando no mesmo caminho das Ciências Sociais, porque não se manteve dentro da universidade aquele pessoal que poderia incorporar a nova revolução científica e tecnológica à realidade brasileira.

Romano: A única política de pesquisa devia ser a de investir no mérito. Na área das Humanidades deve-se admitir a ampla liberdade da criatividade, inclusive em temas considerados **a priori** não importantes. A universidade deve conter todas as possibilidades de investigação, de exercício do espírito.

Waldman: A idéia de levar essas atividades dentro de um contexto programático não exclui este pluralismo. Pode até envolver uma certa tensão. Mas a idéia de se ter programas onde os indivíduos possam se integrar sem que sejam forçados a isso traz em si melhor chance de obtenção de recursos. De certa maneira até reforça a liberdade de pesquisa.

Cardoso: Não adianta porém um programa apenas criativo. Ele tem de ter a sua dinâmica própria, sua temática. O que não pode haver é uma política de cima pra baixo, elegendo tópicos ou áreas que devam se desenvolver por tais ou quais motivos. Pelo menos na área das Humanidades, para manter a idéia da universidade, é exatamente permitir o livre movimento.

Dagnino: Por um procedimento tático, não estratégico, eu não insistiria na questão do mérito, porque ela vai estar presente em cada decisão, em cada reunião. Taticamente, temos que dar ênfase neste momento para a discussão mais generalizada onde a gente tenha um engenheiro, um antropólogo, um físico, discutindo sobre o que é importante pesquisar dentro da universidade. A questão do mérito vai quase que naturalmente se impor. O que temos de manter na universidade é o respeito pela produção de cada um e pelo mérito e idéias de cada um.

J.U.: Uma das características dessa universidade que permitiu sua agilidade foi justamente, por paradoxal que seja, a falta de institucionalização. A Universidade tinha critérios variados que permitiram contemplar muito mais a competência individual. Agora, necessariamente, a institucionalização cria determinadas linhas, até mesmo de carreiras. O fato da Universidade ter atingido sua maioridade pode de alguma forma dificultar que ela continue dando seus passos que a projetaram até mesmo no cenário internacional?

Cardoso: Se ela não imitar a USP vai conseguir se institucionalizar exprimindo a sua realidade íntima e a sua vocação. Agora, qual é a vocação da Unicamp? Tenho a impressão de que, no panorama brasileiro, ela talvez seja aquela universidade que mais prestigiou a pós-graduação. E isso não vem ao acaso. Por ser uma universidade nova, insere-se no sistema universitário brasileiro exprimindo exatamente um dos desdobramentos mais recentes da própria universidade, dando ênfase à pós-graduação. Sabemos que a universidade brasileira em geral massificou-se. Uma maneira de superar esta massificação foram os programas de pós-graduação. A pós-graduação ampliou extremamente os quadros competentes na universidade e o volume de publicação no País. Cerca de 80% do que se publica hoje na área de Ciências Humanas estão de um modo ou de outro ligados à universidade em geral. Esse é o contexto da pós-graduação. A Unicamp exprime talvez mais do que as outras universidades essa emergência da pós-graduação.

Romano: A área de Humanas aqui na Unicamp começou abordando decididamente uma linha de pesquisa contemporânea. É necessário matizar, diversificar, retomar aquilo que há de mais fundamental nos outros modelos de pesquisa e aí entra a USP. Não podemos ficar apenas naquelas relações muito marcadas. Há dois anos só fazia História na Unicamp quem entendesse de campo ou de classe operária. A gente nota agora uma promissora abertura nessa linha. Acho importante, discretamente, se incentivar essas aberturas, porque esse peso é muito maior no moderno e pode isolar a Unicamp das demais universidades.

Waldman: Concordo que a Unicamp se caracteriza por uma ênfase muito grande na contemporaneidade, se comparada com outras universidades brasileiras. Acho que essa postura reflete um pouco os valores que estavam por trás da "proposta Unicamp" quando ela surgiu há 20 anos. Uma proposta de promover uma certa capacitação do país em raízes avançadas. Não foi por acaso que a Unicamp recebeu apoio do regime e até uma certa tolerância, porque ela tinha essa proposta, a de fazer o país avançar em algumas áreas, dar uma capacitação que o país não tinha e essa capacitação só podia ser feita através da pós-graduação. Uma universidade com este perfil continua sendo válida. Na verdade, precisamos mais Unicamps dando ênfase à pós-graduação. Estou porém preocupado com nossa pós-graduação, hoje. Minha preocupação tem um pouco a ver com a questão do mérito. Não podemos ficar presos na discussão do mérito e esquecer o resto. Muitas das coisas que foram aqui discutidas, a questão do direcionamento da pesquisa, a questão do controle da pesquisa, a questão da integração dos programas de pesquisa, da interdisciplinaridade, tudo isso são questões importantes. Por outro lado, a questão do mérito não pode ficar para trás. O que me preocupa hoje, inclusive, é o fato de que não estamos conseguindo atrair para a pós, pelo menos nas áreas tecnológicas, os melhores alunos e nem os mais motivados, coisa que nós de certa maneira estávamos conseguindo quando cheguei aqui, na década de 70.

> *"Vejo a Unicamp como uma espécie de laboratório da nova universidade."*

J.U.: Esses alunos estariam indo para onde?

Waldman: Para a indústria. Na indústria existem os melhores salários, melhores oportunidades e tem até melhores equipamentos, portanto melhores condições de trabalho. O que acontece hoje na nossa área tecnológica é uma certa inversão de valores. O acesso aos nossos cursos de graduação através do famoso vestibular termina sendo mais difícil do que o acesso ao curso de pós-graduação, onde entra praticamente quem quer. Nossa pós-graduação teve um certo sucesso, apesar de todo o cartorialismo que a gente é obrigado a engolir. Conseguimos fazer um bom trabalho de pós-graduação porque tínhamos bons alunos. O que está havendo agora é um certo empobrecimento dos recursos humanos disponíveis.

Dagnino: Vejo a Unicamp hoje como um laboratório para pensar em uma nova universidade. Laboratório porque é uma universidade pequena, nova. Os elementos que identifico como centrais na crise da universidade são os seguintes: primeiro a questão da ligação com a sociedade. Volto a dizer que a universidade é um local privilegiado para isso. Contribuir com a reflexão para criar um novo modelo nos vários campos (cultural, artístico, da ciência social, da ciência e tecnologia) e isso só pode ser conseguido através de novo enfoque de pesquisa que não seja fragmentário e que seja multidisciplinar, onde a universidade decida o que pesquisar. Tem de ser montado um programa de pesquisa para os próximos cinco ou dez anos. Seria uma coisa orgânica, decidida em conjunto, mas sem prejuízo das pesquisas específicas e individualizadas. Teríamos que mostrar dentro da universidade a viabilidade da formulação de um programa comum para todas as universidades e inovar em termos de criação, de mecanismos, de captação de recursos, porque senão a gente vai continuar fazendo aquela pesquisa que no final não serve para muita coisa, fica engavetada, não está com o problema na sua raiz. O pessoal de Ciências Sociais fica denunciando. Não acho que seja errado, mas fica apenas na denúncia. Não consegue viabilizar uma proposta objetiva.

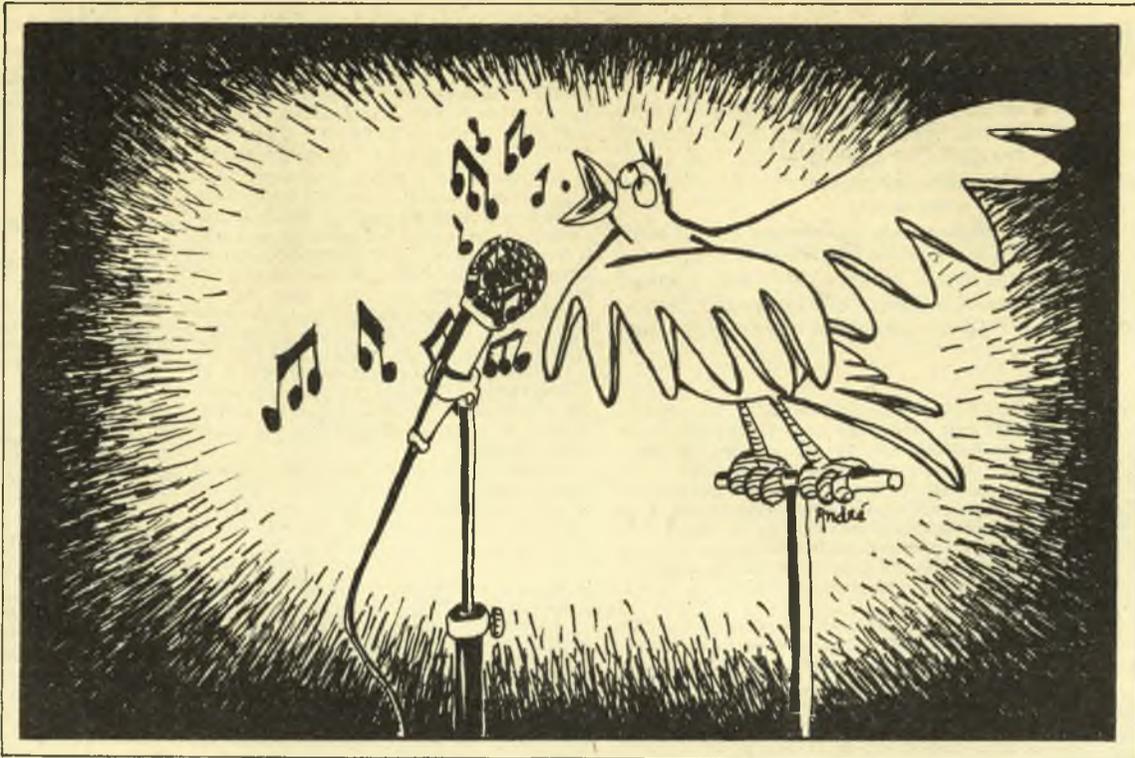
Acho que a gente já tem uma margem de manobra para influir na gerência deste país. Outro ponto que a gente tocou aqui é a questão da criatividade. O aluno que temos de formar não pode ser o aluno que a gente vem formando até agora, seja a nível de graduação, seja de pós-graduação. Temos de formar um cara preparado pro futuro. O significado das transformações científicas e tecnológicas que estão ocorrendo tem de ser discutido por um antropólogo, um economista, sociólogo, engenheiro, de uma forma multidisciplinar. Na medida em que conseguirmos essa nova mentalidade, essa nova metodologia de pesquisa, saberemos o que é mais importante transmitir para os alunos.

> *"A universidade deve dar uma formação mais integral, mais generalista."*

Romano: Gostaria de ponderar que evidentemente não temos nenhuma resposta de bolso de colete, de como se alcança essa meta. Estou, porém, de acordo em que a universidade tem que ser mudada em vários aspectos.

Há sempre uma expectativa quando se entra numa universidade, de se obter uma profissão. O aspecto profissional é extremamente marcante, e apesar disso os alunos terminam a graduação e dizem que não têm uma profissão. O curso de graduação não parece ser suficiente para dar uma profissão. Até onde essa graduação que está aí pode capacitar minimamente os alunos a exercer uma profissão? O desafio deve ser realmente enfrentar essa realidade e trabalhar com ela. Na minha geração eu terminava a graduação com uma profissão.

O aluno tem que ter flexibilidade na escolha das disciplinas, que não devem ser exclusivamente profissionais, para que através dessa disciplina possa pensar na sociedade e sobretudo no uso do saber específico. O grande problema hoje é que se conhece muito pouco e muito pouco pode ser utilizado socialmente. A utilização do saber não é uma coisa científica, é um problema político, filosófico — um problema que está muito dentro de uma outra órbita. Se a graduação pudesse ser pensada em termos de dois princípios articulados, o da profissionalização e o da constituição da cidadania, poderíamos pensar numa solução possível para a graduação.

Waldman: Realmente não vejo necessidade de se fazer pesquisa na graduação. Talvez nem exista essa possibilidade. Agora, relativamente à questão da profissionalização, acho que está havendo mudanças a nível mundial. Vamos ter que assimilar essas mudanças. Há algumas décadas se formava um profissional com a perspectiva de que durante uns 30 ou 35 anos de vida desse profissional, ele ia usar aqueles conhecimentos e aqueles métodos possivelmente fazendo algum outro curso de atualização no meio do caminho. Hoje o dinamismo do conhecimento tecnológico atingiu tal rapidez que não dá mais. A aceleração chegou a um ponto em que o tempo de vida do profissional está relacionado com a duração da vida humana, começa a ficar longo demais. Então, você tem que formar hoje, com uma dimensão de profissionalização mais universal. É preciso formar um indivíduo preparado para exercer uma profissão e ao mesmo tempo para perdê-la ao longo do tempo e recuperá-la, reformulá-la. O aluno tem que sair da universidade consciente de que sua formação é transitória, que precisa de uma reciclagem permanente. Agora, do lado da formação da cidadania, que é extremamente importante, precisamos recuperar alguns valores permanentes que foram mais ou menos perdidos ao longo do caminho. Com essa idéia de especialização, o indivíduo já entra na Universidade pensando em se especializar. Vai virar um especialista. Precisamos acabar com isto. A Universidade deve dar uma formação integral, mais generalista.

"Aquarelas" traz o melhor da MPB

Milton Nascimento, João Gilberto, Tom Jobim, Moraes Moreira e Gilberto Gil: estes são alguns dos nomes que a comunidade da Unicamp — e da região de Campinas — poderá ouvir nos próximos meses, dentro do projeto denominado "Aquarelas do Brasil", recentemente criado pelo Núcleo de Desenvolvimento e Criatividade (Nudecri). O primeiro show — "As margens do Rio" — contava reunir grande público no Ginásio Multidisciplinar, no último 28 de agosto, para ouvir Paulino da Viola. E o próximo já tem data marcada: 1.º de outubro, às 20h00, com o espetáculo "Vinicius Plural"; no palco ninguém menos que Toquinho e Ney Matogrosso, acompanhados de Suzana de Moraes, que declamará poemas do pai, Vinicius.

Por que um Núcleo universitário que recentemente desenvolveu um protótipo de habitação popular (veja matéria na página 11) se preocuparia em trazer para dentro da Universidade nomes famosos da música popular? Para o prof. Carlos Vogt, coordenador geral da universidade e criador do Nudecri, "trata-se de uma atividade de extensão que a comunidade vinha reclamando há algum tempo, e que, por seu conteúdo fortemente cultural, vem enriquecer e dinamizar a vida universitária". O diretor artístico do projeto, Fernando Faro, reforça a proposta: "Não se trata apenas de promover espetáculos, mas de permitir ao público universitário o acesso ao retrospecto musical de nomes antológicos da MPB. O projeto tem também um caráter didático, porém bastante dinâmico."

O Projeto "Aquarelas do Brasil" consiste num pacote de 12 espetáculos com realização mensal, excetuados os períodos de férias. O artista principal de cada show terá a seu lado convidados que tenham tido significado especial em sua carreira. Ao todo, esses shows serão vistos por cerca de 60 mil pessoas.

De Toquinho a Arrigo, o que há pela frente

Além do "As Margens do Rio", com Paulinho da Viola, realizado em agosto, estão previstas as seguintes apresentações no "Aquarelas do Brasil": "Vinicius Plural", com Toquinho, Ney Matogrosso, Mielle, Joyce e Sócrates, dia 1.º de outubro, às 20h00; "MPB: Caminhos", com Paralamas do Sucesso, Dominguinhos e Djalma Correa; "Rádio Nacional: Anos 50", com Orquestra Severino Araújo, Jamelão, Cauby Peixoto e Miltinho; "Quem Pintou a Bahia", com Gilberto Gil, Batatinha e Riachão; "Atrás do Trio Elétrico", com Moraes Moreira, Osvaldinho do Acordeon, David de Moraes, Armandinho e Trio Elétrico Dodô e Osmar; "Fundo de Quintal", com Martinho da Vila, Rosinha de Valença, Grupo Fundo de Quintal, Almir Guineto, Zeca Pagodinho e Mestre Puleiro; "São Paulo, A Cidade e as Bandeiras", com Paulo Vanzolini, Demônios da Garoa, Eduardo Gudim, Itamar Assunção e Arrigo Barnabé; "Minas", com Milton Nascimento, Wagner Tiso, Beto Guedes e Sinfônica de Campinas; "O Tom do Brasil", com Tom Jobim e Sinfônica de Campinas; "João Gilberto: Arte e Ofício de Cantar", com João Gilberto. O último show do projeto será definido em breve.

Festival Universitário

Não ficam aí as promoções do Nudecri. Planeja-se também um festival universitário de música e várias outras atividades voltadas para as artes. Há uma comissão encarregada de captar recursos — nenhum dos projetos trará ônus para a Universidade. Um deles — o "projeto Memória" — pretende documentar em disco trabalhos inéditos de qualidade dos artistas, e que não ganharam espaço em gravadoras comerciais. Outro projeto, o "Pré-estréia", visa trazer à Universidade, com alguma freqüência, os ensaios finais de grandes peças teatrais, proporcionando assim ao público universitário contato direto com os bastidores de teatro.

Quanto ao festival de música, será aberto a estudantes das principais escolas de ensino superior do interior de São Paulo. Já há até um esboço de regulamento: 48 concorrentes disputarão sua classificação em quatro etapas, cada uma com 12 músicas.

"Universidade Aberta" espera 20 mil este ano

Eram raros os estudantes que, antes de entrar para a Universidade, tinham a oportunidade de conhecer de perto suas atividades e aquilo que ela produz. Há seis anos, entretanto, a Unicamp começou a quebrar essa distância entre ela e o futuro universitário; em 1980, ao realizar a I Universidade Aberta ao Público (UAP), recebeu a visita de aproximadamente quatro mil pessoas. De lá para cá, já passaram pelas UAPs cerca de 65 mil pessoas, principalmente estudantes do 2.º grau de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Este ano a VII UAP, segundo previsões do prof. João Luiz Horta Neto, coordenador do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE), deverá receber cerca de 20 mil alunos de 600 escolas de 2.º grau.

Para isso o SAE, juntamente com a Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, Unidades de ensino, Centros e Núcleos da Unicamp, Divisão de Ensino de Campinas e Secretaria da Cultura do Município, elaborou um programa que inclui 213 atividades diferentes, cuja finalidade básica é a interação comunidade-universidade. Essas atividades vão desde a visitação aos diversos laboratórios de pesquisas, palestras sobre temas variados, mostras de experimentos de plantas e exposições diversas, até atividades culturais.

As Atividades Culturais vão desde mostras de teatro e dança, música (clássica, latina, popular, instrumental), artes plásticas, corais, orquestras jovens, lançamentos de livros (haverá também mostra literária), até apresentações circenses.

Para o prof. João Horta Neto, "as atividades culturais deste ano foram intensificadas para que o público visitante tenha maiores opções culturais e de lazer, e não apenas científicas". Uma novidade este ano é a participação de alunos das próprias escolas de 1.º grau nas atividades de dança, música, artes plásticas e outras. "Isso servirá — segundo Horta Neto — como um balão de ensaio para realizarmos uma programação permanente dentro das próximas UAPs".

No aniversário da bomba, a festa da paz

Em nome da paz, o Grupo Lume no tablado

Que responsabilidade tem uma Universidade na preservação da paz? Aparentemente nenhuma, mas na realidade, muita. Afinal é de seus bancos e de seus laboratórios de ensino e pesquisa que emergem, todos os anos, aqueles que vão tomar decisões que podem influir sobre a paz ou o conflito.

A comunidade da Unicamp entendeu isso. Convidada a comparecer à cerimônia de inauguração de uma área verde no centro do Campus — a Praça da Paz —, acorreu em grande número. A solenidade se inseriu no conjunto das atividdes que, pelo Brasil afora — e pelo mundo —, lembraram o 41.º aniversário da bomba sobre a cidade japonesa de Hiroxima, no final da 2.ª Grande Guerra.

No local da cerimônia, onde se assenta agora uma grande pedra com a placa inaugural incrustrada, será construído um coreto que se prestará, em breve, a retretas e apresentações artísticas. Tudo em nome da paz.

Não faltou nem mesmo a boa bandinha

Em Salvador, o "Manifesto dos Cinco"

Os reitores José Goldemberg, da USP, Paulo Renato Costa Souza, da Unicamp, Horácio Macedo, da UFRJ e Cristovam Buarque, da UnB: objetivo comum

Inicialmente em Campinas, depois em Salvador, cinco dos 82 reitores que integram o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) reuniram-se para levantar, em linhas gerais, os principais problemas do sistema universitário nacional.

O documento, que na 43.ª reunião plenária do CRUB ficou conhecido como "o manifesto dos cinco grandes", é assinado pelos reitores Paulo Renato Costa Souza, da Unicamp, José Goldemberg, da USP, Horácio Martins, da UFRJ, Cristóvam Buarque, da UnB e Luiz Eduardo Wanderley, da PUC-SP.

O documento relaciona, ao final, oito medidas para que, com urgência, se reforce "a legitimidade da Universidade brasileira" e se garanta sua "credibilidade e sobrevivência".

O documento

"Identificados com as inquietações e expectativas de nossas comunidades, almejando responder aos desafios mais urgentes da Universidade e da sociedade brasileira, trazemos ao CRUB algumas de nossas preocupações. Decorrem dos vários encontros realizados com o propósito de fortalecer a cooperação científica, acadêmica e cultural entre nossas instituições. De certa forma refletem, em grande parte, as preocupações e os pontos levantados durante os debates realizados nesta 43.ª plenária.

Diante disso acreditamos ser interessante e útil explicitar os frutos deste debate informal a essa 43.ª reunião plenária com o intuito de fortalecer a possibilidade da ação comum dos reitores e do Conselho. A crise da Universidade brasileira se tornou expressão tão usual e rotineira que, por exaustão, vem deixando de sensibilizar as classes dirigentes e, o que é mais grave, a coletividade nacional.

São conhecidos os sintomas que a evidenciam:

A proliferação desordenada e estimulada de universidades e escolas isoladas; o crescimento vertiginoso da população estudantil universitária, sem a correspondente alocação de recursos; o descompasso das atividades de pesquisa com a realidade tecnológica do país; a dissociação entre as atividades de pesquisa e os programas de ensino; a crescente desvalorização da atividade docente; os traços de corporativismo em todos os níveis dos segmentos universitários, não raro em prejuízo da qualidade acadêmica e do compromisso social da universidade; o gradual deslocamento, para outras agências, do encargo de criar conhecimento novo e de formar mão-de-obra qualificada; a sistemática política do governo, especialmente nos últimos 15 anos, francamente contrária à universidade pública; o imobilismo dos dirigentes universitários e sua crônica incapacidade de fazer-se representar solidamente junto à sociedade civil e ao

A recuperação dessa credibilidade social nos parece condicionada a essa imediata reação das universidades; assim, além de exigir que o Estado assuma o seu papel na reformulação do projeto universitário, queremos levar em maior conta a responsabilidade do sistema de ensino superior sobre seu próprio destino.

Por tudo isto queremos destacar os seguintes pontos:

1 — O sistema universitário brasileiro não está cumprindo o papel que dele exige o momento atual, de construção de uma nação independente, democrática e justa.

2 — As políticas governamentais têm encarado a Universidade brasileira como Estado.

Este estado de coisas aponta para a necessidade de uma vigorosa e pronta correção de curso, capaz de devolver à universidade, o mais rapidamente possível, sua condição de centro gerador de novas idéias e de fator relevante no processo de desenvolvimento social. O objetivo é recuperar, também, dessa forma, sua credibilidade junto à coletividade.

simples escola de 3.° grau, destinada à outorga de diplomas pós-secundário, sem preocupação com a qualidade e, muito menos, sem o compromisso com o desenvolvimento cultural, científico e tecnológico do país, para a solução dos problemas que afetam a maioria da população brasileira.

3 — As tentativas de superação deste problemas terminam quase invariavelmente em soluções casuísticas e em crescentes amarras burocráticas que emaranham o sistema universitário, tolhem a criatividade e levam à mediocrização geral do sistema.

4 — Por outro lado, é preciso dizer que a Universidade tem sido, em parte, conivente com esta situação, ao submeter-se passivamente a todas as normas e, às vezes, tentando soluções meramente corporativas que não a engrandecem perante a sociedade.

5 — A superação do impasse exige o exercício da autonomia para experimentar e inovar em suas estruturas e práticas acadêmicas, redirecionando as prioridades de cada Universidade de forma a adaptá-las à problemática regional e local.

6 — Exigem também a consciência, por parte da sociedade e do governo, da importância de atribuir os recursos necessários para uma planejada renovação de recursos humanos e reequipamento material da Universidade. É preciso porém garantir que os recursos serão canalizados para a melhoria geral da qualidade do sistema e o apoio direto a projetos que visem à superação das atuais disparidades no nível do ensino superior.

7 — Paralelamente, com forma de possibilitar a fiscalização social dos recursos que ela utiliza, a Universidade deve propor sua permanente avaliação interna e externa, em todos os níveis, pela comunidade, pela sociedade civil e científica e pelas instituições governamentais.

8 — A legitimidade, a credibilidade e até mesmo a sobrevivência da Universidade exigem a implantação de algumas medidas que devem ser debitadas e definidas com urgência pela comunidade universitária, pela sociedade civil e pelas instituições governamentais. As seguintes:

a) Suspensão imediata dos controles sobre a Universidade, adotando-se desde já um comportamento independente e ousado para forjar as reformas necessárias, com a mobilização autônoma dos recursos disponíveis, respeitando-se os critérios democráticos internos na tomada de decisões, e submetendo-se à fiscalização permanente pelos diversos meios de avaliação.

b) Liberdade para contratação de professores seguindo-se claros critérios de qualidade.

c) Alteração substancial na natureza e na composição do Conselho Federal de Educação, com a imediata e ampla escolha de novos membros por parte da comunidade educacional.

d) Estabelecimento generalizado de mecanismos que garantam a participação democrática da comunidade na escolha dos dirigentes universitários em todos os níveis.

e) Fortalecimento dos órgãos colegiados mediante maior representatividade e redefinição de suas funções.

f) Redefinição da carreira do magistério de forma a privilegiar o mérito acadêmico como forma de ascensão.

g) Adoção de uma política salarial que permita à Universidade atrair e manter pessoal de elevada qualidade.

h) Fortalecimento do sistema público de educação tendo em vista especialmente a necessidade de integração das escolas de 1.° e 2.° graus com o ensino universitário.

9) Finalmente, manifestamos nossa convicção de que a construção da Universidade do futuro é tarefa conjunta de seus dirigentes e de toda a comunidade universitária — professores, alunos e funcionários — a qual conclamamos para uma mobilização generalizada pela conquista da autonomia, pela realização das reformas, pela elevação da qualidade e do nível da produção e pelo cumprimento de nossos compromissos sociais".

Institucionalização na reta final

Deflagrado em 1983, o processo de institucionalização da Unicamp deverá entrar em sua etapa final com a instalação do órgão supremo de deliberação da Universidade: o Conselho Universitário (CONSU). O início de funcionamento do CONSU deverá se verificar ainda este ano, quando se fechará o ciclo do novo Estatuto. Dessa forma, a Universidade Estadual de Campinas adquirirá sua plena autonomia.

A estrutura e a composição do Conselho Universitário que substituirá o atual Conselho Diretor (CD), encontra-se ainda em fase de discussão na comunidade. Alguns pontos básicos propostos pela Reitoria serviram como ponto de partida para o debate. A expectativa é que, até o final deste mês, a proposta de reformulação do CONSU esteja totalmente consolidada para então ser submetido à apreciação do CEE e, posteriormente, oficializado através de decreto do governador do Estado.

Em discussão

Embora, pelo Estatuto vigente, já exista a figura do Conselho Universitário ao lado do Conselho Diretor, na verdade os membros do CD é que vinham exercendo essas atribuições, acumulando ambas as funções. A proposta em discussão na comunidade visa à extinção do CD, passando o CONSU, de uma forma ampliada, a atuar como órgão máximo da Universidade.

A idéia que surgiu dos debates até o momento, segundo o prof. Irineu Ribeiro dos Santos, assessor técnico da Coordenadoria Geral da Universidade (CGU), é compor o CONSU com duas Câmaras de atuação, sendo uma de Ensino e Pesquisa e outra de Administração.

Com o novo Conselho, as questões correntes da administração, como contratações, pedidos de afastamento, licenças, entre outras, deixariam de entrar na pauta das reuniões do Conselho, podendo ser resolvidas no âmbito decisório das Câmaras. Dessa forma, às reuniões do CONSU, em sua constituição plena, com os integrantes da Câmara de Ensino e Pesquisa e de Administração, caberia analisar as questões mais relevantes da vida universitária.

Por outro lado, mesmo nos temas cotidianos que dependessem de aprovação do CONSU, haveria uma discussão prévia na Câmara apropriada, para que o assunto chegue ao Conselho Universitário já em forma pré-elaborada, permitindo assim uma solução mais ágil.

Dentro dessa perspectiva o reitor, que preside o Conselho, é de fato seu executor, auxiliado diretamente pela Coordenadoria Geral da Universidade. As cinco Pró-reitorias (Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento), por sua vez, fornecem os subsídios para sua gestão, no contato direto com a comunidade.

Participação da Comunidade

Protelada durante muito tempo — o que terminou permitindo à Unicamp um funcionamento fora dos padrões e normas que regem as universidades brasileiras, tornando-a mais ágil que as demais — a institucionalização vem sendo amplamente debatida na comunidade nos últimos anos. Os docentes elaboraram seminários onde cada item do Estatuto provisório foi dissecado e amadurecido até sua versão final.

Esse procedimento democrático permitiu que o novo Estatuto da Unicamp venha por fim a refletir, apesar de sua complexidade, os anseios da comunidade. Entre as alterações regimentais já implantadas, destacam-se as seguintes.

— A ampliação da representação na composição das Congregações de cada unidade, garantindo a participação de representantes de todos os níveis da carreira docente, de forma igualitária; 1/5 de representação estudantil e a incorporação dos funcionários. Regularizou-se também as reuniões de Congregação, que passam a ser mensais.

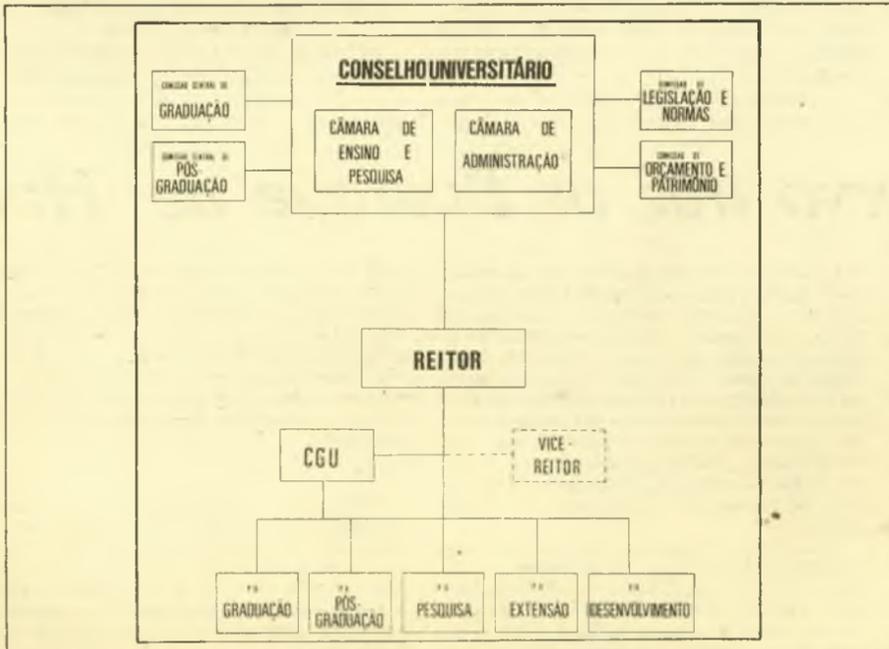
— A definição das atribuições das Congregações, estabelecendo-se formas de escolha dos diretores das unidades através da composição de listas tríplices e a formalização da consulta prévia à comunidade, em caráter indicativo.

— Alterou-se a forma dos concursos de livre-docência, que passam a ter duas modalidades: defesa de tese ou por avaliação e defesa do conjunto dos trabalhos que compõem a produção acadêmica do docente.

— Uma das modificações consideradas mais importantes foi a implantação do Quadro de Carreira Docente. Para contemplar as diferentes situações existentes na Universidade, desde sua fundação, sem prejuízo aos professores, foram criados três quadros: o "efetivo" ou permanente, mediante ingresso por concursos, que estão agora abertos; o "suplementar" (em extinção), integrado pelos docentes contratados até 31 de março do ano passado; e o "especial", onde os docentes são contratados por dois anos, no final do qual buscam sua efetivação através de concurso. Esta fórmula, além de oferecer mobilidade para contratações por período determinado, permite a continuidade do docente dentro de critérios de competência. Dessa maneira oficializa-se a figura do professor colaborador, permitindo o intercâmbio com outras universidades.

A ascensão de nível na carreira docente da Unicamp — composta atualmente de 2.116 professores, sendo 36.7% (MS-2); 22.3% (MS-3); 11.9% (MS-4); 6.6% (MS-5) e 10.4% (MS-6) — fica assim estruturada: a mobilidade vertical que existia, independentemente da titulação, mantém-se apenas para o quadro "suplementar". Entretanto, esta ascensão de nível só pode se dar a partir do MS-3 (doutorado) e por avaliação de mérito, dentro de critérios estabelecidos por cada área. Para permitir a mudança dos professores do quadro suplementar para o permanente, serão realizados concursos públicos para os níveis MS-2 e MS-6.

A criação recente de cinco Pró-reitorias (Graduação, Pós-graduação, Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento), inicia o processo de descentralização administrativa. Dentro desse âmbito, encontra-se em fase de estudos a rediscussão das composições e atribuições dos Conselhos departamentais, interdepartamentais e Conselho Geral de Administração, além da constituição dos Conselhos de Administração das Unidades, que não estão previstos no Estatuto vigente.

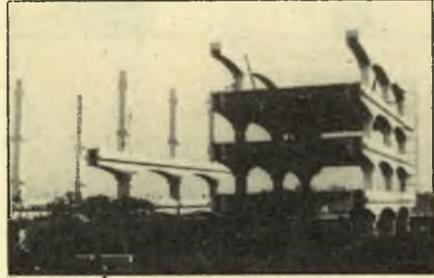
Elaborou-se, além disso, o Estatuto do Servidor da Unicamp. Através deste Estatuto, unificou-se o regime jurídico de docentes e servidores técnicos e administrativos. Foram também incluídas as conquistas recentemente obtidas pelos servidores, e incorporadas outras reivindicações dos funcionários.

Em breve, uma nova biblioteca

Quatro grandes pavimentos, 10.700m2 de área coberta, linhas suaves e modernas: assim será o novo edifício da Biblioteca Central da Unicamp, atualmente em construção. Localizada próxima ao restaurante II e ao Ginásio Multidisciplinar, locais de grande afluxo de alunos e professores, a nova Biblioteca Central deverá estar concluída dentro de dois anos.

Além de atuar como elemento de decisão e coordenação do sistema, composto de 21 bibliotecas seccionais — os acervos dos Institutos e Faculdades —, a Biblioteca Central será ainda o órgão executor do orçamento para material bibliográfico e responsável pelo processamento técnico no âmbito da Universidade. Em termos globais, a Biblioteca Central vai abrigar cerca de 30% do acervo, o que significa, em resumo, um total aproximado de 90 mil volumes, incluindo os periódicos encadernados. Convém ressaltar que, em dez anos, esse número deverá andar por volta de 235 mil volumes.

Depois de concluído, o prédio da Biblioteca Central abrigará, além do acervo total de 117 mil volumes, um auditório com capacidade para 150 lugares. Nas instalações especiais serão colocados terminais de computadores, telex, serviço audiovisual, setor de microformas, ar condicionado (8% da área), ventilação mecânica (70% da área), sistema de prevenção e combate a incêndios, dois elevadores, estantes deslizantes e cabines de estudos.

A parte central do prédio será utilizada para circulação, serviços de contato com o público, áreas de leitura informal e exposições. O aproveitamento da topografia do terreno permitiu a criação de um subsolo onde estarão localizados os serviços de apoio — recebimento de material, depósito geral, cantina, vestiários, subestação elétrica e casas de máquinas.

Dirigida pela prof.ª Leila Mercadante, a BC coordena também as 21 setoriais.

A nova biblioteca foi projetada para abrigar 235 mil livros dentro de dez anos.

No primeiro pavimento serão instalada a administração, os setores de contato com o público e as coleções de referência e reserva, com suas respectivas áreas de leitura. O segundo pavimento foi todo reservado para o acervo geral e salas de leitura. Já no terceiro foram instalados os setores de multimeios, audiovisuais e microformas, o setor de periódicos e coleções específicas.

Acervo : 180 mil volumes.

Criada em 1963, só 21 anos depois é que a Biblioteca Central da Unicamp iniciou uma nova fase de trabalhos, vindo a constituir hoje, com as 21 bibliotecas seccionais dos Institutos, Faculdades e Colégios Técnicos, o Sistema de Bibliotecas da Universidade. Seu acervo é constituído de aproximadamente 180 mil livros, obras raras, teses, materiais especiais e 10 mil títulos de periódicos, sendo 5 mil correntes, abrangendo as áreas de Ciências Humanas, Exatas, Biomédicas e Tecnológicas, destinadas ao uso de professores, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação.

O Sistema de Bibliotecas conta com um órgão colegiado que reúne representantes docentes de todas as Unidades de ensino e pesquisa, de representação discente, além de bibliotecários das várias áreas do conhecimento. Como coordenadora da rede, a Biblioteca Central é o órgão executor do orçamento para material bibliográfico e responsável pelo processamento técnico no âmbito da Unicamp. Por outro lado, a Biblioteca Central, dirigida pela prof.ª Leila Mercadante, além de coordenar as atividades das 21 setoriais, tem a tarefa principal de fomentar a utilização da informação como suporte aos programas de docência, pesquisa e extensão da Unicamp, e colaborar com outras instituições públicas ou privadas, tanto no sentido de promover o intercâmbio de informações, experiências e documentação, como no de prestar assistência da mesma natureza através de convênios.

E não é só: cabe também à Biblioteca Central fazer a aquisição de todo material técnico-científico, receber e cuidar do processamento técnico, indexar e elaborar catálogos coletivos. Ali se faz o recebimento, o registro e o controle dos periódicos, cuja importância não se restringe à comunidade da Unicamp, mas a todos os que lidam com ciência no Brasil. Diariamente mais de 100 pedidos de informações científicas chegam de todas as partes do País, das mais diferentes comunidades de pesquisa.

Esse atendimento a pesquisadores, ou simplesmente a pessoas interessadas, é feito através de um programa que alcança todo o Brasil — o COMUT (Comutação Bibliográfica). Através do COMUT a Biblioteca Central tornou-se uma das maiores fornecedoras de cópias de artigos de revistas para a comunidade científica brasileira. A secretaria executiva desse programa encontra-se em Brasília junto ao Ministério da Educação e Cultura. Só no ano de 85 foram feitos, através do COMUT, 2.001 solicitações de usuários da Unicamp, e 5.565 fornecimentos do acervo da Unicamp, a nível nacional.

Cidic: veja o que há por trás deste nome

O Centro de Informação e Difusão Cultural da Unicamp (Cidic) foi criado oficialmente em 1983. Nasceu da necessidade premente que as bibliotecas tinham de passar por uma completa reestruturação — não apenas visando à melhoria do desempenho geral de suas atividades — mas também no que se referia à introdução de novos serviços e à análise dos que já estavam em execução.

A Unicamp foi a primeira universidade brasileira a se preocupar com a criação de um sistema de arquivos que realmente desenvolvesse um serviço de alto nível. O Cidic, cujo objetivo principal é prestar informação — documental e bibliográfica — a pesquisadores e estudantes da Unicamp, abrange, basicamente, duas grandes áreas: a Divisão de Documentação e o Departamento de Informação, integrado pela Biblioteca Central.

A Divisão de Documentação surgiu da necessidade de se preparar arquivisticamente os fundos privados que foram adquiridos juntamente com várias bibliotecas particulares, como as de Paulo Duarte e Sérgio Buarque de Holanda. Isso porque não apenas os livros desses dois grandes escritores tinham valor histórico evidente, mas também as correspondências que ambos mantinham com outras personalidades. Além disso, havia os fundos de pesquisas (anotações de trabalhos), textos inéditos, rascunhos de livros, entre outros documentos que era preciso recuperar e preservar. "Para que esse serviço paralelo pudesse ser feito de maneira adequada", explica o prof. Ataliba Teixeira de Castilho, coordenador do Cidic, "é que se criou o Centro de Informação e Difusão Cultural".

Suas atividades compreendem três serviços básicos: Arquivo Permanente (SAP), Fotografia e Microfilmagem. O grau de instalação desses serviços não é o mesmo, pois, implantado o Sistema de Bibliotecas, somente depois de 1984 é que a coordenação do Centro pôde concentrar-se de fato na Divisão de Documentação, com maior ênfase no Serviço de Arquivo Permanente.

Em primeiro lugar, decidiu-se ordenar e descrever os documentos já existentes (documentos privados) de caráter permanente, para em seguida passar-se aos documentos administrativos corrente intermediários e permanentes, com o objetivo de propor a criação do Sistema de Arquivos da Unicamp, semelhante ao caso das bibliotecas. A partir de 86 o Cidic estará aplicando questionários para o levantamento de dados, seguindo-se a elaboração de um anteprojeto que será discutido pela comunidade. Além disso, o Centro já está recebendo arquivos da Administração e, entre outros, os da Faculdade de Ciências Médicas e os do Gabinete do Reitor.

Enfim, um espaço para a memória

A idéia vinha sendo acalentada há anos pelo professor Zeferino Vaz. Mas, por um ou outro motivo, terminava sempre adiada. No entanto, em 1972, com a contratação do professor José Honório Rodrigues, tentou-se plantar a semente que, mais tarde, 14 anos depois, se transformaria no Centro de Memória — Unicamp — que reúne hoje sete arquivos e seis coleções — considerado um dos mais importantes e completos acervos de documentos históricos de Campinas e região. O Centro é dirigido pelo professor José Roberto do Amaral Lapa, do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Há pouco mais de um ano, a Unicamp firmou convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo com o objetivo — através do Centro de Memória — de preservar o patrimônio cartorário da região de Campinas e, além disso, oferecer aos cientistas sociais subsídios para suas pesquisas, de forma organizada, especialmente no que se refere à história regional. Esse arquivo jurídico possui cerca de 50 mil processos, datados de 1796 a 1940, somente da comarca de Campinas, abrangendo todos os Ciclos do Café, do Açucar e da Indústria, e portanto a história da escravidão e imigração.

O Centro de Memória funciona atualmente no prédio do antigo Curso Básico, onde estavam a Faculdade de Educação e o Serca (hoje Diretoria Acadêmica), numa área de 800m2, no andar térreo. Oferece total segurança e funcionalidade para a preservação e uso de seus acervos, constituídos de documentos — manuscritos e impressos — livros, microfilmes, microfichas, fitas cassetes, fotografias, mapas e objetos históricos.

Ao lado de outros acervos autônomos da Unicamp — como o espólio cultural de Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Duarte e Edgar Leuenroth, entre outros — os arquivos que pertencem ao Centro de Memória compreendem várias coleções e acervos pessoais, como as de João Falchi Trinca, professor José Carlos de Ataliba Nogueira, Jolumá Brito (João Batista de Sá), professor Antonio Ferreira Cesariano Júnior, a coleção da Sociedade Beneficiente Isabel a Redentora, o Arquivo Judiciário da Comarca de Campinas, o Arquivo do Corpo de Bombeiros de Campinas, e a Coleção de Pesquisa professor Nelson Omegna. Estão ainda em andamento várias outras doações.

O assunto pouco importa; pode ser de caráter econômico, social, cultural, científico ou religioso. O que realmente interessa é o valor do acervo como documento histórico dentro de um contexto de interesse social, seja de âmbito nacional, seja regional.

Instituído oficialmente em 11 de julho de 85, o Centro de Memória vem, desde então, buscando novos acervos bibliográficos e históricos pelo país.

Pioneiro no gênero, o Centro de Memória da Unicamp é considerado um dos mais completos e importantes de Campinas e cidades da região. Levando-se em conta que o Brasil é um país sem tradição de memória histórica, o Centro tem papel preponderante no sentido de romper esse processo. Não apenas com a finalidade de enriquecer o patrimônio histórico e até mesmo econômico da Universidade, mas também, o que é mais importante, "resgatar parte da vida histórica, econômica, religiosa e social da vida brasileira", oferecendo livre e democrático acesso às suas informações, segundo o prof. Amaral Lapa.

Destruídos pelo tempo

Se hoje a Unicamp possui preciosos acervos e arquivos — como o arquivo Judiciário da Comarca de Campinas, que cobre um período de três séculos —, nem tudo transcorreu como se previa; em alguns arquivos, que o Centro de Memória tinha a intenção de recolher, pouco ou quase nada havia para ser feito, pois, como lembra o professor Lapa, "haviam sido destruídos pelo tempo, pela natureza ou pela ação humana". No entanto, por outro lado, reconhecendo a qualidade e a perspectiva do trabalho que a Unicamp vem desenvolvendo através do Centro de Memória, inúmeras instituições e famílias de personalidades não demoraram em responder aos apelos da direção do Centro. E os primeiros e significativos resultados são representados pelo fato de o Centro de Memória ser hoje reconhecido em todo o país como um órgão onde a interdisciplinaridade é uma prática cotidiana.

"Nessa linha — diz o professor Amaral Lapa —, conseguimos inclusive descompartimentar muito da estrutura convencional da universidade brasileira, agremiando em debates e trabalhos mais de 40 pesquisadores da cidade e da região que trabalham no Centro de Memória sem qualquer remuneração, tão somente em busca dos serviços oferecidos e de um fórum privilegiado para debater idéias e pesquisas. A sempre desejada integração da Unicamp com a comunidade deu certo no Centro de Memória".

Acervo traz os Buarque de Holanda

No ano em que se comemora meio século de lançamento do livro "Raízes do Brasil", hoje em 18.ª edição, pela primeira vez a "Semana Sérgio Buarque de Holanda" é realizada fora de São Paulo, cidade onde o escritor e historiador nasceu e morreu. E também onde, pela primeira vez, desde sua morte em 1982, a família Buarque de Holanda esteve toda reunida.

Tudo isso aconteceu no Campus da Unicamp (prédio da Biblioteca Central) onde durante três dias foram realizadas as atividades da "V Semana Sérgio Buarque de Holanda", com o franqueamento formal do acervo pela família do historiador à comunidade, com aproximadamente oito mil livros . Além disso, em homenagem a Sérgio Buarque de Holanda, foram expostas quase 60 fotos mostrando as mais importantes etapas de sua atividade intelectual e política, denominadas "As Raízes de Sérgio". Numa dessas fotos, o historiador, aos 11 ano, aparece com os pais e irmãos. Em outras, ele está entre amigos, políticos e intelectuais da época, como uma de 1945, onde aparece ao lado dos escritores Sérgio Millet, Dyonélio Machado e Aníbal Machado. Estava lá também uma foto de Sérgio (a última em sua residência em 1982) tirada pouco antes de morrer. Além de toda a obra publicada do escritor, assim como as edições traduzidas para dezenas de idiomas, estão arquivados artigos publicados em jornais e revistas, livros de outros autores com dedicatórias e anotações pessoais de Sérgio Buarque.

A exposição foi inaugurada com a presença de d. Maria Amélia Buarque de Holanda, viúva do escritor, e os sete filhos do casal: Álvaro Augusto, Heloísa Maria — a Miúcha —, Maria do Carmo, Sérgio Buarque de Holanda Filho — que valorizou o trabalho preservacionista da Unicamp —, e o cantor e compositor Chico Buarque de Holanda, que, referindo-se ao pai, disse que "ele era muito brincalhão", mas ao mesmo tempo oferecia a todos "a oportunidade de usar e abusar de sua sabedoria". Sobre a vinda da "Coleção Sérgio Buarque de Holanda" para a Universidade, Chico disse que "esses quase oito mil livros do acervo estão em boas mãos, como meu pai queria".

Para o prof. José Roberto do Amaral Lapa, coordenador do Centro de Memória e um dos responsáveis pela transferência da biblioteca do escritor para a Unicamp, "Sérgio fez uma tentativa de interpretação do Brasil, aplicando sobretudo psicologia social para entender as condições que determinaram a evolução e o perfil do povo brasileiro".

Dona Maria Amélia: em memória de Sérgio

Espaço também para a habitação

A execução de um grande projeto de moradia popular utilizando a técnica de construção desenvolvida pelo Nudecri — Núcleo de Desenvolvimento e Criatividade da Unicamp — vai beneficiar um público especial: os funcionários da Universidade. Após entendimentos entre a Instituição, a Companhia de Desenvolvimento e Habitação do Estado de São Paulo (CDH) e a Prefeitura de Campinas, ficou definida a construção de 500 casas no Distrito de Aparecidinha, divisa entre as cidades de Campinas e Sumaré. O terreno de 250 mil m^2 já foi adquirido pelo CDH junto à Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa), cabendo à Prefeitura a realização das obras de infraestrutura e à Unicamp a orientação técnica através dos arquitetos do Nudecri. Segundo o reitor Paulo Renato Costa Souza, o preço está estimado em Cz$ 50.000,00, incluindo casa e terreno e será totalmente financiado pelo BNH — Banco Nacional de Habitação.

Uma comissão mista com representantes da Reitoria e da Assuc — Associação dos Servidores da Unicamp — está encarregada de definir os critérios de ocupação das casas. Um detalhe: a casa não poderá ser objeto de comércio: a comissão já anunciou a criação de uma cooperativa que determinará as regras de compra e venda do imóvel. Já está definido, por exemplo, que o funcionário que estiver interessado em se desfazer da casa terá que obrigatoriamente repassá-la à cooperativa por um preço condizente àquele pago no momento de ocupação.

O arquiteto Juan Villá e sua obra: simplicidade e linhas suaves

O conjunto habitacional dos funcionários da Unicamp deverá estar concluído em aproximadamente um ano, oferecendo a seus moradores completa infraestrutura. Segundo o pró-reitor de Extensão, José Carlos Valladão de Mattos, será um loteamento semelhante aos que a prefeitura vem realizando na cidade, com áreas para lazer, espaço para construção de escola, creches e outras instalações de igual importância. De acordo com o projeto, as casas poderão ser construídas com um, dois ou até três dormitórios.

O protótipo de casa popular desenvolvido pelo Nudecri é o embrião de uma série de conjuntos habitacionais que deverão ser construídos no Estado de São Paulo e posteriormente em outras regiões do País. O modelo original instalado na Universidade — local onde o núcleo desenvolve suas atividades — consta de $40m^2$, com sala, cozinha, banheiro e dois quartos, e tem preço estimado em Cz$ 17.000,00.

A casa popular da Unicamp apresenta duas características que a tornam bastante convidativa: tem um padrão de construção que foge totalmente do convencional e destaca-se ainda pela simplicidade da técnica desenvolvida pelo autor do projeto, o arquiteto Joan Villá. O protótipo foge ao padrão convencional das residências populares existentes no País e pode ser construído mesmo por pessoas que não conheçam técnicas de construção.

A construção utiliza componentes pré-fabricados no próprio canteiro. São painéis de paredes e lajes feitos com vigas de concreto e tijolo baiano ou cerâmica vermelha, além de painéis de cobertura com telhas de barro. O interessante nessa técnica é que não se utiliza madeira — detalhe que implica sensivelmente na diminuição de custos da obra. Nenhum painel tem peso superior a 80 quilos, o que elimina a utilização de equipamentos mecânicos, permitindo o manuseio por duas ou três pessoas.

vida universitária

ENCONTROS

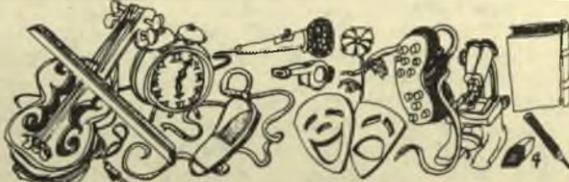
Interação entre os Setores Produtivos e de P&D — O trabalho em conjunto entre a Elebra e centros de pesquisas como Unicamp, CPqD da Telebrás e CTI será o principal tema do seminário que se realiza dia 4 de setembro, a partir das 9 horas, no Centro de Convenções da Unicamp. A visão desses órgãos de pesquisas sobre a interação dos setores produtivos e de pesquisa & desenvolvimento será exposta por representantes de cada uma dessas instituições. Na oportunidade serão assinados convênios entre a Unicamp e Elebra.

Botânica — De 22 a 26 de setembro será realizado na Unicamp o VI Congresso da Sociedade Botânica de São Paulo. Divididas em seções técnicas, cursos, simpósios, palestras e exposições, as atividades desse Congresso serão realizadas no Centro de Convenção/Unicamp, Associação Campineira de Imprensa (Rua Barreto Leme, 1479 - Centro), Galeria de Arte do Instituto de Artes e Galeria de Arte da Unicamp (ao lado do restaurante II). As seções técnicas serão desenvolvidas durante todo o Congresso, sempre das 14 às 17 horas, no Centro de Convenções. Os cursos — "Criptógamos: sua importância econômica" e "Interações insetos-plantas" — serão dados a partir do dia 23. No dia 24, das 14 às 17 horas, será realizado um simpósio sobre "Plantas medicinais e sociedades". As palestras serão realizadas no Centro de convenções da Unicamp, exceto "Palestra científico-artística", que será na Associação Campineira de Imprensa, às 20 horas, enquanto que as exposições artísticas serão feitas em três locais: Centro de Convenções, Galeria de Arte do IA e Galeria de Arte da Unicamp, ao lado do restaurante II.

CURSOS

Use o computador — Paralelamente ao processo de informatização da Universidade, está sendo oferecido a professores, funcionários e alunos de pós-graduação, cursos de introdução ao computador. Os cursos são dados através da Assessoria de Treinamento da Unicamp e sob a coordenação da analista de sistemas Ana Drummond. São oferecidos certificados aos participantes. Especificamente para funcionários, os cursos disponíveis são: Introdução ao Computador; CPM — Sistema Operacional SIM/M; Redator (edição de texto) e Planilha Eletrônica (CALTEC). São cursos intensivos de 14 horas, ministrados em uma semana. Para participar do curso é necessário ter o segundo grau completo. A inscrição deve ser feita na Assessoria de Treinamento, no prédio ao lado da reitoria, mediante solicitação de sua chefia imediata. Para alunos de pós-graduação e professores são oferecidos, além de cursos introdutórios, pacotes mais complexos. O acesso dos alunos aos cursos é feito através de um ofício do coordenador do curso ou orientador de tese. Já para os professores a mecânica é mais simples. Basta o interessado entrar em contato direto com Ana Drummond, no Centro de Computação, ou pelo ramal 2427.

Formação de instrutores de treinamento — A Assessoria de Treinamento da Diretoria Geral de Recursos Humanos realizará de 15 a 30 de setembro curso destinado ao pessoal da área de treinamento. Serão 38 horas de aula com o objetivo de fornecer aos alunos meios efetivos para aplicação de novas técnicas de treinamento. Aulas às segundas, quartas e sextas, em período integral; certificado somente para os alunos que obtiverem comparecimento integral. Inscrições poderão ser efetuadas até 5 de setembro na Assessoria de Treinamento (prédio do DGRH) com Mara. Telefone 39-1301, ramal 2062.

Aperfeiçoamento em Biblioteconomia — Promovido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, juntamente com a Biblioteca Central da Unicamp, foram realizados de 21 a 24 de julho último, no campus de Barão Geraldo, vários cursos de atualização e aperfeiçoamento em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Os cursos foram ministrados pelo chefe do Departamento de Biblioteconomia da Universidade de Brasília e contaram com a participação de 33 bibliotecários que atuam em universidades brasileiras.

MÚSICA

"Vinícius: Plural": Toquinho, Ney Matogrosso e Suzana de Moraes (filha de Vinícius), realizarão espetáculo musical no dia 1.º de outubro (quarta-feira), às 20 horas, no Ginásio Multidisciplinar da Unicamp. Toquinho e seus convidados lembrarão vasto repertório que marcou a vida e a obra do poeta e compositor Vinícius de Moraes, que será o segundo show do projeto "Aquarelas do Brasil" promovido pelo Nudecri — Núcleo de Desenvolvimento e Criatividade. Ingressos nas bilheterias do ginásio da Unicamp — Cz$ 50,00.

LIVROS

"Como Enfrentar", coleção de vários autores da Unicamp e de outras instituições. Os seis primeiros números da coleção foram lançados dias 22 e 23 de agosto na 9.ª Bienal Internacional do Livro, realizada no Parque Ibirapuera, em São Paulo. Os primeiros temas são os seguintes: "O câncer Ginecológico e Mamário", de José Aristodemo Pinotti, professor do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp e atual secretário estadual de Educação; "A Velhice", de José Ângelo Gaiarça, psicoterapeuta de São Paulo; "O Stress", de Maria Novaes Lipp, Maria José Nery, Ana Sílvia Romano e Maria Aparecida Covolan, do Centro Psicológico do Controle do Stress; "A Mortalidad Infantil", de Antônio Azevedo Barros Filho e Roberto Teixeira Mendes, do Departamento de Pediatria da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp; "A Enxaqueca", de Alexander Sperlescu, professor do Departamento de Neurologia da Faculdade de Medicina da Puccamp e "A Epilepsia", de Paulo Bearzotti e Lineu Correa, do Departamento de Neurologia da Faculdade de Medicina da Puccamp. A coleção leva o timbre da Editora da Unicamp e da Editora Ícone.

"Seleção de Materiais Metálicos", de Ettore Bresciani Filho, professor do Departamento de Engenharia Mecânica da Faculdade de Engenharia de Campinas. Destina-se aos cursos de graduação e de especialização em Engenharia Mecânica, bem como aos profissionais da área. Editora da Unicamp, coleção "Manuais Unicamp", 326 páginas, Cz$ 60,00.

"Eletrônica de Potência", de Maria Beatriz de Paiva Guazelli, professora da Faculdade de Engenharia Elétrica. Análise de dispositivos, suas limitações e também os diversos tipos de conversores são alguns dos enfoques deste livro. Editora da Unicamp, coleção "Manuais Unicamp", 261 páginas, Cz$ 60,00.

"O Livro Didático em Estudos Sociais", de Eloísa de Mattos Hofling, professora da Faculdade de Educação. Destina-se a elaborar os indicadores de análises de livros de Estudos Sociais, estimular a criatividade e ainda valorizar a opinião do aluno. Editora da Unicamp, coleção "Teses", 260 páginas, Cz$ 60,00.

"Política Econômica da Nova República", Coletânea de artigos elaborados a partir de discussões de professores que integram o Centro de Conjuntura do Instituto de Economia da Unicamp. Organização de Ricardo Carneiro e prefácio de Maria Conceição Tavares. Ed. Paz e Terra.

Astronomia de Régua e Compasso — O livro é dedicado a professores e estudantes do 2.º grau, amadores da Astronomia e público em geral. De sua maneira simplificada os autores se utilizam das leis físicas, tornando-as operacionais. São utilizadas aproximações nas leis de Kepler, que governam os movimentos dos Corpos Celestes, com a finalidade de poder utilizar métodos matemáticos simples para cálculo de órbitas e efemérides. Estes métodos são puramente geométricos e se baseiam na utilização da Régua e Compasso. Marcos César D. Novaes e Carlos Alfredo Arguello, Ed. Papirus, 1986. Coleção Universus. 162 páginas, Cz$ 125,00.

EM DIA

XX Intermed *— Cerca de 1.200 atletas representando* dez faculdades de Medicina de todo o Estado estão participando na Unicamp dessa tradicional competição que se estende até o dia 6 de setembro. Além da promotora do evento, participaram Puccamp, Usp, Paulista, Santa Casa, Medicina de Santos, Ribeirão Preto, Unesp (Botucatu), Mogi das Cruzes e Fundação ABC. Os atletas participaram de provas de atletismo, natação, basquete, vôlei, handebol, tênis de mesa, tênis de Campo, basebol, futebol de salão, futebol de campo e xadrez.

"Orquestra Internacional" — Os irmãos instrumentistas Carlos e Tadeu Coelho, ambos professores do Departamento de Música do Instituto de Artes da Unicamp, fizeram no mês de agosto uma série de apresentações na Europa. Eles integraram a internacional Chamber Music Enselble, uma orquestra cosmopolita que nasceu da idéia de reunir músicos — 22 ao todo — de diferentes pontos do mundo. A indicação dos dois únicos brasileiros foi feita pelo pianista Fábio Luz, atualmente diretor artístico assistente da Associazione Musicale Riky Haertelt, entidade italiana responsável pela formação e manutenção da orquestra.

Comunicações Ópticas. Dois professores da Unicamp participaram, em Brasília, no dia 6 do mês passado, do Seminário sobre "A importância Estratégica das Comunicações Ópticas" promovido pelo Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) e Elebra. O Prof. Hélio Waldman, pró-reitor de pesquisa, falou sobre os "Fundamentos de Transmissão por Via Óptica" e o prof. Francisco Carlos de Prince, que discorreu sobre "Componentes Ativos para Comunicações Ópticas". O Seminário teve por objetivo debater as aplicações estratégicas das comunicações ópticas e avaliar o atual grau de desenvolvimento científico-tecnológico do país nessa área.

Dez anos de Ecologia. Pioneiro no país na formação de ecólogos, a nível de pós-graduação, o Programa de Ecologia da Unicamp acaba de completar dez anos de funcionamento. Sediado no Departamento de Zoologia do Instituto de Biologia, a Ecologia é atualmente coordenada pelo professor Carlos Alfredo Joly. O Programa de Ecologia da Unicamp trabalha de forma interdisciplinar com as demais áreas do Instituto e vem realizando regularmente cursos de campo em Manaus, Mato Grosso (Pantanal), Goiás (Carajás) e em São Paulo para a formação efetiva de seus alunos.

Monumento das Andorinhas — O Centro de Comunicação da Unicamp (Cecom) fez a entrega, no último 28 de julho, à artista plástica Akiko Fujita, de um filme que registra todas as fases do processo de confecção da escultura denominada "Monumento das Andorinhas", de sua autoria. São 26 minutos de gravação mostrando a atuação de pessoas ligadas ao Instituto de Artes — onde Akiko trabalha — e todos que acompanharam o projeto desde a escavação do alicerce até sua queima.

Banco de Olhos — O Núcleo de Prevenção de Cegueira do Departamento de Oftalmologia da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp continua recebendo óculos usados. Todos os tipos de óculos podem ser aproveitados: de sol, de adultos, de crianças, com ou sem lentes. No período de 9 a 17 de agosto, o Núcleo realizou a campanha "Doe seus óculos". O número de doações foi expressivo, mas não o suficiente. As pessoas que tiverem armações sem uso e quiserem colaborar com a campanha devem entrar em contato com o Departamento de Oftalmologia pelo telefone 39-1301, ramal 2.623.

TESES

— Foram defendidas nas últimas semanas as seguintes teses:

— "Síntese, Caracterização e Aplicação de Resinas Fotocuráveis para revestimentos de fibras ópticas" — Dissertação a nível de Mestrado. Candidato: Léo Maldonado. Data: 27/06

— "Desenvolvimento e Caracterização de Imunosorventes e Avaliação de Desempenho em Ensaios Imonoenzimáticos" — Dissertação a nível de mestrado. Candidato: Leila Perez. Data: 01/07

— "Geração de Trajetória Contínuas para Robô: Aspectos Cinemáticos e Computacionais" — Dissertação a nível de Mestrado. Candidato: Josué Guimarães Ramos. Data: 04/07.

— "Um Ambiente GMB para o Desenvolvimento de Sistemas Distribuídos de Controle Digital a Máquina GMB" — Dissertação a nível de Mestrado. Candidato: José Mário de Martinho. Data: 04/07

— "Desenvolvimento de um Ambiente de Simulação para Projeto de Sistema de Tempo Real" — Dissertação a nível de Mestrado. Candidato: Eduardo Teixeira Gomide. Data: 04/07

— "Recristalização das Ligas Supercondutoras do Sistema Nb-Ti" — Dissertação a nível de Doutorado. Candidato. José Carlos Petoilho. Data: 04/07.

— "Nova Técnica de Conversão Analógica-Digital não Linear" — Dissertação para nível de Doutorado. Candidato. Oséas Valente de Avilez Filho. Data: 08/07

— "Métodos de Diagnóstico em Regressão Linear e sua Extensão para o caso de mais uma Observação Influente Simultaneamente" — Dissertação a nível de Mestrado em Estatística. Candidato: Paulo Hideo Nakamura. Data: 30/07.

— "Tese de Não-Aditividade para Experimentos a Dois Fatores Não Reaplicados: Aplicação de um Modelo Multiplicativo Geral" — Dissertação a nível de Mestrado em Estatística. Candidato: Marta Afonso Freitas. Data: 30/07.

— "Bordismo de Involuções e Ações Semi-livres de S^1*" — Dissertação a nível de Doutorado em Matemática. Candidato: Claudina Izepe Rodrigues. Data: 10/08.*

— "Fibrações, Ações de Grupo de Teoremas do tipo de Borsukulam" — Dissertação a nível de Mestrado em Matemática. Candidato: Maria Gorete da Silva Carreira. Data: 29/08.

calendário

Dia 1, Segunda-feira — Início do VIII Encontro da ANPUH (Associação Nacional de Professores Universitários), no Centro de Comunicações e IFCH, das 8 às 18 hs.

Dias 1-4 — Prossegue o I Congresso Brasileiro de Lingüística Aplicada no Instituto de Estudos de Linguagem (IEL), das 8 às 18h.

Dia 2, Terça-Feira — Começa às 9h30 o Encontro de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais, estendendo-se até o dia 3.

Dia 4, Quarta-Feira — Seminário de Integração entre os setores produtivos de Pesquisa & Desenvolvimento às 9h, no Salão de Convenções.

Dia 8, Segunda-feira — Início da II Reunião Anual de Informática Biomédic, no Departamento da Faculdade de Ciências Médicas, das 9 às 18 hs.

Dia 11, Quinta-feira — I Jornada de Reforma Agrária e Tecnologia, sala da Associação de Pós-Graduação, das 9 às 18 hs.

Dia 12, Sexta-feira — Seqüência dos Seminários Interdisciplinares promovidos pelo Centro de Memória/Unicamp, Núcleo de Estudos Regionais (NER), referentes ao 2.º semestre de 86. Às 14,30 hs, palestra de Flávio A. M. Saes, do Instituto de Pesquisas Econômicas/USP, sobre "Formação do Grande Capital em São Paulo entre 1850 e 1890".

Dia 19, Sexta-feira — Seqüência do programa do Centro de Memória com palestra da profa. Maria Helena Pereira Toledo Machado, às 14,30 hs. sobre "Crime e Escravidão".

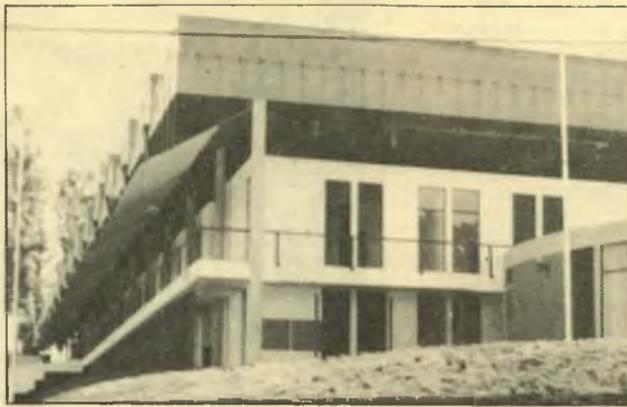
Dia 22, Segunda-feira — Início do VI Congresso da Sociedade Botânica de São Paulo (ver nota completa ao lado).

Dia 26, Sexta-feira — Maria Silvia Beozzo Bazzanezi (NEPO/Unicamp), sobre "Colonos, Camaradas... trabalhadores na Fazenda Santa Gertrudes, 1895-1930".

Informações para esta coluna devem ser encaminhadas à Assessoria de Imprensa da Unicamp (prédio da Reitoria), até o dia 10 de cada mês. Maiores detalhes pelo ramal 2539.

Instituto de Economia

Uma escola de pensamento econômico

Gonçalves, o diretor associado: na equipe desde a fase embrionária

Deste edifício tem saído importante contribuição para a economia nacional.

Dando continuidade à filosofia que norteou seu projeto de concepção, ou seja, conhecer a realidade brasileira para interferir no seu curso, o Instituto de Economia da Unicamp acaba de criar o Doutorado em Economia do Setor Público. A aula inaugural foi dada pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro. O programa, pioneiro no país, visa à formação de quadros para o governo nas áreas de indústria, agricultura e política industrial.

Como se vê, o trabalho de base vem de longe: a análise aprofundada dos problemas econômicos nacionais, através de pesquisas em grupo, onde as discussões corriam soltas, foi aos poucos moldando o trabalho dos professores. Desde sua constituição como Departamento de Economia e Planejamento Econômico (Depe), no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), no final da década de 60, a equipe já pensava a Economia como uma Ciência Humana e não um ramo das Exatas, como era considerada por muita gente.

Interdisciplinaridade

A consolidação do pensamento econômico dos pesquisadores do Depe, no cenário nacional, deve-se em grande parte à preocupação permanente com a postura interdisciplinar. Não é por acaso que os chamados "economistas de oposição", respeitados por suas críticas à política econômica implantada no país durante o regime anterior, terminaram constituindo ou integrando assessorias técnicas no alto escalão da Nova República. Havia chegado a hora de colocar em prática aquelas teorias.

A massa crítica fundadora do Depe formou-se a partir de um curso de Planejamento e Desenvolvimento Econômico que reuniu alguns desses economistas em São Paulo. Os professores João Manoel Cardoso de Melo, hoje diretor do IE, Luiz Gonzaga Belluzzo — ambos atualmente assessores do Ministro da Fazenda — Carlos Eduardo do Nascimento Gonçalves — atual diretor associado do IE, e Osmar Marchese integraram em 1966 uma turma do curso da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina — órgão das Nações Unidas), com sede em Santiago do Chile.

Todos eles, recém-graduados, foram alunos de outros economistas famosos que também fazem parte hoje do IE: Carlos Lessa, Antonio Barros de Castro, Ferdinando Figueiredo, Wilson Cano, Maria Conceição Tavares e Lucas Gamboa. No curso intensivo de quatro meses, em tempo integral, o debate saía da sala de aula e continuava nas mesas de bar, regadas a muito chopp. Nelas, os problemas econômicos do Brasil eram esmiuçados e projetos eram esboçados para um dia serem colocados em prática, o que de fato se verificou.

Em 1967 o economista Fausto Castilho, que organizara o curso da Cepal em São Paulo, e Belluzzo, foram convidados pelo criador da Unicamp, Zeferino Vaz, para elaborar o projeto de implementação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade. Na época só estavam de pé as Faculdades de Ciências Médicas (FCM) e a Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP).

Devido à formação diversificada desses professores que, ao contrário do que se imagina hoje, tem origem em graduações de Filosofia, Ciências Sociais, Sociologia e até mesmo advocacia, foi possível imprimir uma visão multidisciplinar ao grupo e colocar a Economia dentro do IFCH. A idéia, segundo "Gonça" — como é conhecido o prof.º Gonçalves — era fazer algo integrado. Nasceu então o IFCH com as áreas de Economia, Ciências Sociais e Lingüística. O projeto era fazer o curso básico em Ciências Humanas, afunilando depois para as disciplinas específicas.

Em 1968 desembarcou em Campinas o grupo dos "cariocas": Lucas, Wilson e Ferdinando. Eles se integraram à equipe em formação (Fausto, Gonça, João Manoel, Belluzzo e Osmar) e começaram a trabalhar numa sala de aula do antigo casarão da rua Culto à Ciência, onde funcionou inicialmente a Universidade. A primeira mesa de trabalho da equipe era a utilizada para as reuniões do Conselho Diretor. Quando o CD se reunia, o local de trabalho deles se deslocava, como nos primeiros tempos, para as mesas de bar.

A Cepal na Unicamp

A identificação dos objetivos do grupo, gerada pela formação comum, fez com que alguns cursos da Cepal, que até então eram dados apenas no Chile (como Programação Industrial, Global e Agrícola, entre outros), fossem oferecidos em Campinas. A Unicamp foi a primeira universidade brasileira a dar cursos de especialização em Planejamento Econômico.

Para viabilizar o programa realizou-se um convênio com o Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social (ILPES), órgão da Cepal. Em 1968 teve início o Curso Básico de Planejamento Econômico da Unicamp (CBPE), sob a coordenação de Gonçalves. Veio gente de todo o país; as idéias da equipe sobre Planejamento Econômico começaram a disseminar-se. A grande demanda fez com que os professores da Unicamp passassem a oferecer esses cursos em outros Estados.

Ainda em 68 criou-se o Centro Técnico de Assessoria Empresarial (CTAE) para atendimento a pequenas e médias empresas. Tratava-se de outra proposta inovadora. O curso rodou todo o Brasil e o sucesso foi tal que se transformou num dos cartões de visita de Zeferino.

Em 70 o vestibular do IFCH

Em 1969, o IFCH saiu do centro da cidade e se instalou no campus de Barão Geraldo. Na época não existia asfalto fora do perímetro urbano e não foram poucas as vezes em que os carros dos professores atolaram na porta do campus, lembra Gonçalves. Em 1970 foi realizado o primeiro vestibular para o curso de graduação em Ciências Sociais da Unicamp.

Com a implantação da graduação, o grupo originalmente composto de oito pessoas começou a ampliar-se. Na primeira metade da década de 70 vieram para a Universidade os professores Carlos Lessa, Antonio Barros de Castro (conhecido entre os colegas por "ABC"), Conceição Tavares, Luciano Coutinho e o atual reitor da Unicamp, Paulo Renato Costa Souza. Muito deles passaram, como aluno ou professor, pelo Programa Latino-Americano para graduados em Economia, na Universidade do Chile, mais conhecida como "Escolatina". Lá, 60% dos alunos eram latino-americanos vivamente interessados em conhecer a realidade sul-americana.

A participação de Coutinho e João Manoel na equipe de Funaro tem origem no governo Abreu Sodré, quando o atual Ministro da Fazenda era Secretário de Planejamento. Como assessores de Funaro, Coutinho e João Manoel conseguiram verbas para investir na Unicamp. Consolidada a graduação, foi a vez de implantar o Mestrado em Economia, em 1974. A seleção dos interessados desde então vem sendo feita em convênio com a Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec). De lá para cá já foram defendidas 70 teses de mestrado, nove delas agraciadas com o "Prêmio BNDE de Economia".

O Doutorado em Economia foi instituído em 1977 e agora surge o Doutorado em Economia do Setor Público. Chega a quase 150 o número de alunos inscritos no Programa de Pós-Graduação do IE. O Corpo docente, incluindo graduação e pós, é constituído de 92 professores, sendo 49 do Departamento de Política e História Econômica e 43 do Departamento de Teoria Econômica.

Filosofia

A filosofia de pesquisa do IE parte sempre da preocupação da equipe em aprofundar o conhecimento sobre a realidade brasileira. Neste contexto, além dos trabalhos em Teoria Econômica, a pesquisa aplicada gera informações até então desconhecidas, dando à equipe a autoridade necessária para discutir com base os problemas nacionais. Foi nesta linha de pesquisa que um levantamento industrial realizado no IE desde 1970 permitiu conhecer melhor o parque industrial do país.

O que fortalece o grupo é que as decisões são sempre consensuais, embora precedidas de altas (e às vezes quentes) discussões. Além disso, o IE não recebe pesquisas encomendadas. Os projetos são formulados autonomamente e só depois os recursos são solicitados, postura que garante certa independência dos pesquisadores.

O IE conta ainda com três Centros de Pesquisa, criados no ano passado, e que objetivam a continuidade do debate. São eles: Centro de Estudos de Conjuntura (CECON); Centro de Estudos de Relações Internacionais (CERI) e Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (CEDE).

Atualmente, as principais linhas de pesquisa são:

***a) Política Econômica e Economia Brasileira;** A Crise do Capitalismo Internacional; Modificações, Crise e Tendências da Ordem Econômica Mundial; Endividamento Externo Recente (74-79): Natureza e Algumas Implicações e Política Industrial no Brasil.*

***b) Organização, Estrutura Industrial e Progresso Tecnológico:** Estrutura Industrial Brasileira: Conformação Estrutural e Regional e Comportamento Cíclico, 1970/75; Tendências e Impactos do Processo Tecnológico nas Próximas Décadas; O Impacto das Novas Tecnologias sobre o Desenvolvimento Nacional; As Condições de Operação da Agro-indústria Paulista; Análise da Estrutura Industrial Paulista: Evolução Recente; O Desenvolvimento da Biotecnologia e Microeletrônica no Brasil; Complexos Industriais no Brasil; Operacionalização de um Modelo Dinâmico Multissetorial e Identificação de Complexos Industriais no Brasil; o Complexo Eletrônico no Brasil — subsídios para uma Política Industrial; Identificação de Áreas Prioritárias para uma Política de C&T para o Estado de São Paulo.*

***c) História Econômica e Evolução da Concentração Regional no Brasil;** Estudo aprofundado das Etapas de Desenvolvimento do Capital Industrial após 1930; Evolução da Concentração Regional no Brasil; Tendências de Planejamento no Setor Agropecuário; Política Econômica e Industrialização, 1945-64; O Desenvolvimento da Economia Paulista e a Problemática de Sua Urbanização; A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980).*

***d) Estrutura e Organização do Mercado de Trabalho:** Determinações dos Salários e de Emprego nas Economias Atrasadas — o caso do Brasil; Escola e Trabalho; Salário e Produtividade na Indústria de Transformação (1970-76); Distribuição de Renda e Mobilidade Social no Brasil; Estrutura do Mercado de Trabalho e Determinação dos Salários.*

***e) Políticas Públicas Setoriais:** Estudo das Condições de Financiamento Habitacional Para Não Assalariados; Política Social em Saúde (1975-80): Avaliação e Alternativas; Medição do Desemprego (Assessoramento ao DIEESE e SEADE); Avaliação dos Programas de Alimentação e Nutrição do Governo do Estado de São Paulo; Financiamento das Políticas Sociais; A Crise Internacional e as Políticas Sociais: Uma proposta de Análise Comparada; Alterações em Cursos nas Relações de Trabalho 1978-83; Atendimento Diferenciado à População Escolar de Baixa Renda; A Política de Municipalização da Construção Escolar no Estado de São Paulo; Formação de Administradores em Políticas Públicas para o Setor Urbano; Sistemas Previdenciários Comparados: padrões de Financiamento e Gestão da Seguridade Social em Perspectiva Internacional; Pesquisa em Habitação e Saneamento Básico.*

***f) Transformações e Dinâmica da Agricultura:** A Modernização da Agricultura e as Alterações nas Relações de Trabalho; Efeitos Sociais da Modernização na Agricultura; Estado e Geração de Tecnologia Agrícola no Brasil; Organização e Desenvolvimento do Sistema Institucional Agropecuário de Geração e Tecnologia no Estado de São Paulo; Sistema de Acompanhamento do Emprego Agropecuário; A Dinâmica da Agricultura Brasileira - 1965-85: Um Estudo das Interrelações entre Transformações na Base Técnica Complexo Agroindústria, Importações e Abastecimento Interno.*

O ministro, agora doutor da Unicamp

Emocionado, o Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, recebeu das mãos do reitor da Unicamp, Paulo Renato Costa Souza, o título de Doutor Honoris Causa, outorgado por decisão unânime dos membros do Conselho Diretor da Universidade. A honraria foi prestada no dia 15 do mês passado, quando Funaro proferiu a aula inaugural do doutorado em Economia do Setor Público do Instituto de Economia, e discorreu sobre as perspectivas do Plano Cruzado para o saneamento da política econômica do governo.

O Ministro da Fazenda contribuiu significativamente para a liberação de recursos do governo do Estado para a construção da Unicamp, quando exercia o cargo de Secretário de Planejamento de Abreu Sodré, nos anos 70. Desde então, vem demonstrando sua identificação com o projeto da Universidade Estadual de Campinas, que, segundo ele, "nasceu marcada indelevelmente pelo compromisso com o futuro".

Ao agradecer a homenagem prestada pela Unicamp, o Ministro da Fazenda lembrou o fundador da Universidade, prof. Zeferino Vaz, "este homem de raro espírito público e de invulgar inteligência" que projetou a universidade "guiada por uma concepção correta das relações entre pesquisa e ensino, e dos nexos dinâmicos entre pesquisa aplicada e básica".

Funaro destacou a "excelência" dos cursos de pós-graduação da Unicamp e as contribuições tecnológicas, aliadas ao "pensamento crítico e à inventividade de suas propostas". Em seguida, referindo-se ao atual reitor, prof. Paulo Renato, falou de sua confiança na continuidade deste modelo.

Formação de Quadros

A criação do doutorado em Economia do Setor Público no IE — curso inédito no país — foi considerado de fundamental importância pelo Ministro. Segundo ele, a população vem exigindo que o Estado se modernize e que o funcionário público, "desanimado até pelo salário que ganha", amplie seus conhecimentos sobre a realidade brasileira para que possa, efetivamente, lidar com ela.

O novo doutorado da Unicamp, de acordo com Funaro, vem preencher um vazio na formação de recursos humanos para o setor público. O Estado atualmente se ressente da falta de pessoal especializado na área pública. Nesse sentido, o Ministro da Fazenda acredita que cursos desta natureza possam contribuir para "dinamizar e revitalizar" o setor público, para que este "cumpra seu papel" em relação à sociedade.